

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA THERESA DE PAULA

**MULHER TRANS, TRAVESTI, CORPO E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE  
DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA “CRACOLÂNDIA” E A ATUAÇÃO  
DO SERVIÇO SOCIAL**

CAMPINAS

2020

MARIA THERESA DE PAULA

**MULHER TRANS, TRAVESTI, CORPO E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE  
DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA “CRACOLÂNDIA” E A ATUAÇÃO  
DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação da Prof. Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

CAMPINAS

2020

MARIA THERESA DE PAULA

**MULHER TRANS, TRAVESTI, CORPO E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE  
DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA “CRACOLÂNDIA” E A ATUAÇÃO  
DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção  
do título de graduação em Serviço Social  
apresentado à Pontifícia Universidade Católica  
de Campinas.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeanete Liasch Martins de Sá

---

**Membro 1:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla da Silva

---

**Membro 2:** Assistente Social Charles Eugênio Velloso  
Pinheiro

Campinas, \_\_\_ de dezembro de 2020.

Com todo carinho dedico este trabalho às minhas avós, Maria José Giopatto de Paula (Vó Zezé Pirica) e Izolete Andriolli (Vó Zula), que são as grandes mulheres da minha vida e me tornei o que sou hoje por elas. “Uno és de donde caminas.”

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Sonia Cavallaro e Claudemir Lisboa de Souza, que me deram, desde quando nasci, todo o suporte necessário para minha construção como pessoa. Todas as conversas, risadas e afetos que são trocados todos os dias em nossa casa, mas principalmente por demonstrarem sempre acreditar em mim e que todos os seus esforços foram essenciais e fundamentais para eu conseguir chegar ao atual momento de encerramento da graduação. Eu reconheço toda essa trajetória de vocês por mim, então gratidão. Amo vocês.

Agradeço também, a todas (os) as (os) professoras (es) e supervisoras de estágios, cujas atuações se tornaram imprescindíveis para minha construção enquanto aluna e profissional, mas também para minha vivência e aprendizado para a vida. Foram cinco anos de muita dedicação de vocês comigo e levarei este conhecimento em minha bagagem. Em especial minha orientadora, Jeanete Martins de Sá. Meu muito obrigada a todos. E, particularmente, quero considerar a minha trajetória no Instituto de Solidariedade Para Programas de Alimentação (ISA). Durante meu caminho neste estágio eu pude amadurecer efetivamente e tive certeza da profissão que escolhi. Minha eterna gratidão a todos que contribuíram para isso, em especial minha amiga Laís Godoy, que em todas as conversas em pontos de ônibus e “marmitinhas” requentadas somaram para o meu conhecimento pessoal. E também ao Erik Martins, Jhakciane Cunha, Mayra Santarosa e Maria Silva, e lógico a minha supervisora Maria Carolina Becaro, minha eterna chefinha. Você é tudo e mais. Gratidão.

E por fim, quero destacar os meus amigos, em primeiro aos da minha cidade natal, Itapira, que sempre estiveram do meu lado em todas as situações, em principal no final desta jornada, que me acolheram e aconselharam no que foi possível. Vocês são demais família Because I Got High. Por último e mais que importante, as pessoas de minha sala, em especial, Andressa Andrielly Toledo, Gabriela Jachetta e Mariana Contato, vocês foram meu porto seguro durante esta caminhada na faculdade, cada uma me tocou de um jeito que nunca irei esquecer e levarei em meu coração. E quero salientar a minha hermana, Bianca Silva Prado, por todas as experiências loucas que adquirimos nestes anos que vão ficar em minha memória para sempre. Mas principalmente a irmã que construí fora de casa. Amo vocês, xus.

*“Clara como a luz do sol  
Clareira luminosa nessa escuridão  
Bela como a luz da lua  
Estrela do oriente nesses mares do sul*

*Clareira azul no céu  
Na paisagem  
Será magia, miragem, milagre  
Será mistério*

*Prateando horizontes  
Brilham rios, fontes  
Numa cascata de luz  
No espelho dessas águas  
Vejo a face luminosa do amor  
As ondas vão e vem  
E vão e são como o tempo*

*Luz do divinal querer  
Seria uma sereia  
Ou seria só  
Delírio tropical, fantasia  
Ou será um sonho de criança  
Sob o sol da manhã”*

*(Lulu Santos e Nelson Motta)*

## RESUMO

PAULA, Maria Theresa. **MULHER TRANS, TRAVESTI, CORPO E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA “CRACOLÂNDIA” E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.** 2020. XX f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2020.

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo investigar a questão de gênero na territorialidade da “cracolândia”, a partir da trajetória de mulheres trans e travestis residentes na região de São Paulo, e identificar as formas de atuação do Serviço Social nessa questão. Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada com quatro mulheres trans e uma travesti que participam do *Coletivo Tem Sentimento* com propostas de Autocuidado, Acolhimento e Geração de Renda, bem como com a assistente social responsável pelo trabalho. Para tal fim, foi abordado o processo de construção da territorialidade da chamada “cracolândia” e explorada a questão de gênero e identidade, apontando o lugar reservado à mulher trans na sociedade, em específico, sua vivência neste território, sendo levantada a atuação do Serviço Social frente a esta realidade, de grande relevância no sentido da construção de conselhos como espaços de luta, do enfrentamento entre interesses antagônicos, da viabilização das políticas sociais para a garantia desses direitos da população LGBTQ+, especificamente das mulheres trans e travestis.

**Palavras-chave:** Cracolândia, Mulher Trans, Travesti, Serviço Social e Geração de Renda.

## ABSTRACT

PAULA, Maria Theresa. **TRANS WOMEN, “TRAVESTI”, BODY AND SUBJECTIVITY: AN ANALYSIS OF TRANS WOMEN’S AND TRAVESTIS IN “CRACOLÂNDIA” AND THE WORK OF SOCIAL WORK.** 2020. XXf. Monography (Undergraduate) - Faculty of Social Work. Pontifical Catholic University of Campinas. Campinas, 2020.

The purpose of this final course work is to investigate the gender issue in the territoriality of “cracolândia” based on the trajectory of trans women and “travesti” living in the region of São Paulo and to identify the ways in which Social Work works on this issue. This is a qualitative research, carried out with five trans women who participate in the Coletivo Tem Sentimento with proposals for Self-Care, Reception and Income Generation, as well as with the social worker responsible for the work. For this purpose, the process of building the territoriality of the so-called “cracolândia” was addressed and the question of gender and identity was explored, pointing out the place reserved for trans women in society, in particular, their experience in this territory, and the role of the Service is raised. Social in the face of this reality, of great relevance in the sense of building councils as spaces for struggle, confronting antagonistic interests, enabling social policies to guarantee these rights of the LGBT + population, specifically of trans and transvestite women.

**Keywords:** Cracolândia, Trans Woman, Travesti, Social Work and Income Generation.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABGLT - Associação Brasileira de gays, lésbicas e travestis

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRAL - Associação das Travestis e Liberados

CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas

COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização

CF – Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

HIV/Aids - Imunodeficiência Humana

LGBT - Lésbicas, Gays, Bisseuais, Travestis e Transexuais

OAB - Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>“CRACOLÂNDIA”: O SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO</b> .....	14
2.1	Construção Espacial: “Terra do crack” x Relações que tece toda cidade de São Paulo .....	15
2.2	Construção Social: Manifestação da <i>Questão Social</i> .....	17
2.3	Construção Simbólica e Política.....	22
<b>3</b>	<b>QUESTÃO DE GÊNERO E IDENTIDADE: O LUGAR RESERVADO À MULHER TRANS E TRAVESTI NA SOCIEDADE</b> .....	27
3.1	“Um mundo-cis que consome carne travesti todo dia” .....	31
3.2	O trabalho do Assistente Social na Territorialidade da “Cracolândia” .....	35
<b>4</b>	<b>MULHER TRANS, CORPO E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE DAS MULHERES TRANS NA “CRACOLÂNDIA” E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESSA QUESTÃO</b> .....	39
4.1	Método de pesquisa.....	39
4.2	Perfil dos entrevistados .....	40
<b>5</b>	<b>ANÁLISES DAS ENTREVISTAS</b> .....	42
5.1	O preconceito e marginalização do seu corpo na sociedade: suas vivencias na cidade natal .....	42
5.2	Opressões de seus corpos: vivencias na territorialidade da “cracolândia” no sistema Capital <i>versus</i> Trabalho .....	45
5.3	Coletivo Tem Sentimento: Programa Geração de Renda e a atuação do Serviço Social neste segmento .....	48
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	57

<b>APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM MULHERES TRANS ACOMPANHADAS PELO COLETIVO TEM SENTIMENTO .....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL DO COLETIVO TEM SENTIMENTO .....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho denominado “Mulher trans, travesti, corpo e subjetividade: uma análise das mulheres trans e travestis na “cracolândia” e a atuação do serviço social” tem por objetivo investigar a questão de gênero na territorialidade da “cracolândia”, a partir da trajetória de mulheres trans e travesti residentes na região de São Paulo, e identificar as formas de atuação do Serviço Social nessa questão. Com esta finalidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema e uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, com quatro mulheres trans e uma travesti que participam do *Coletivo Tem Sentimento* com propostas de Autocuidado, Acolhimento e Geração de Renda, bem como com a assistente social responsável pelo trabalho.

O fator determinante nas diferenças percebidas entre os sexos é uma forma primária de dar sentido às relações de poder, através das quais se articulam. Não é o único campo, mas apresenta-se como uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente. (SCOTT, 1995). Segundo a autora, o gênero fornece um meio de decodificar significado e compreender as conexões complexas entre as várias formas de interação humana. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a expectativa de vida da população Trans é de 35 anos, 72% desta população não concluiu o Ensino Médio e 0,02% da população que compõem o T da sigla LGBTQ+ teve acesso ao nível superior. Assim, certifica-se um processo de desumanização que se torna constante dentro de uma sociedade que determina uma lógica normativa. (STERLING, 2006).

Nesse cenário, considerando o objetivo deste trabalho e os dados levantados sobre a realidade da população Trans na conjuntura atual do Brasil, apresentaremos, no primeiro capítulo, o processo de construção da territorialidade da chamada “cracolândia” dentro dos âmbitos da construção espacial, social, simbólica e política, tratando-se de uma área historicamente sinalizada pela forte ocupação popular de suas ruas e moradias (FRÚGOLI, 2016). No segundo capítulo, analisaremos a questão de gênero e identidade e o lugar reservado à mulher trans e travesti na sociedade e a atuação do Serviço Social perante esta realidade.

O terceiro capítulo será composto pela pesquisa de campo, onde analisaremos os dados obtidos e os relacionaremos com o referencial teórico. Portanto, o trabalho trará reflexões acerca da luta pela garantia de direitos das mulheres trans e travestis e da relevância da atuação do profissional do Serviço Social na execução de políticas sociais para esta população que se encontra no território da “cracolândia”.

## 2 “CRACOLÂNDIA”: O SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

“Cracolândia”<sup>1</sup>, uma comunidade que começou sua formação a partir da década de 1990, no bairro da Luz, em São Paulo, onde anteriormente era sediada uma rodoviária que conectava São Paulo a municípios próximos. (NETO, 2019, p.159). Assim, diferente de uma favela,

“Cracolândia” é uma comunidade composta por pessoas em situação de rua e que usam substâncias psicotrópicas como o crack. Conseqüentemente, não se trata de uma comunidade fixa e ela consegue se mover espacialmente quando é ameaçada pela polícia. (NETO, 2019, p. 160).

Atualmente, a região da Luz, no centro de São Paulo, sofre grandes intimidações<sup>2</sup> para restituir-se em mais um foco para a expansão do capital imobiliário e seus produtos, como por exemplo, desde os condomínios residenciais de classe média, até torres corporativas. “Há várias décadas, entretanto, esse território popular, um dos bairros mais antigos da cidade, com arquiteturas preservadas, resiste a essas investidas, mesmo que isto tenha implicado em remoções, demolições e uso da violência.” (MENDONÇA, LIMA, MARTIN, BRITTO, ROLNIK, 2017).

Para a autora Rui (2016), na área nomeada nacionalmente como “cracolândia”, retratada na primeira pesquisa social dedicada à mesma, realizada por Guaracy Mingardi e Sandra Goulart no decorrer do mês de maio de 1999, é possível notar uma ambiguidade em sua definição como um território, em que “a imprecisão e a variabilidade geográficas, constitutivas desta territorialidade, parecerem desafiar, desde sempre, os pesquisadores”. (RUI, 2016, p.225) De tal maneira que distinguir esta área, compreender a sua geografia, como também mapear deslocamentos e fixações, transfigura-se em ofícios e desafios indispensáveis, problematizado por cada novo estudo destinado a este assunto.

Por esta razão, é significativo observar que o que se chama no presente de “cracolândia”, não refere apenas a um “logradouro físico”, mas uma “territorialidade

<sup>1</sup> Durante a análise bibliográfica, percebeu-se que o termo “Cracolândia” traz um sentido pejorativo, por expressar integralmente a “terra do crack”, isto é, o nome reflete as pessoas escondidas atrás do discurso de inabilidade causada pela substância. Além de parecer um perigo político, como também confundir toda sua área territorial, estereotipá-la e auxiliar ainda mais na sua depreciação tanto material, quanto simbólica. Ciente do emposto, na falta de uma alternativa melhor, optei por designá-lo destacando entre aspas, com a proposta do estudo em perpassar por uma construção histórica, bem como invitar a uma leitura crítica do próprio nome da comunidade. Para mais informação, ver <https://www.geledes.org.br/guerra-drogas-ou-faxina-etnica/>.

<sup>2</sup> Para mais informação, ver <https://www.geledes.org.br/guerra-drogas-ou-faxina-etnica/>

itinerante” (FRÚGOLI JR; SPAGGIARI, 2010), “que foi se alterando e se deslocando no decorrer de duas décadas, pelas imediações do bairro da Luz, de Santa Ifigênia, dos Campos Elíseos e outros próximos.” (RUI, 2016, p. 225).

## **2.1 Construção Espacial: “Terra do crack” x Relações que tece toda cidade de São Paulo**

Entre 1950 até começo do ano de 1990, a chamada Boca de Lixo – que se desenvolveu no entorno da região e ruas do Triunfo, Timbiras e Protestante, as avenidas São João e Duque de Caxias, o largo General Osório e a Praça Júlio de Mesquita – se tornou o maior resguardo da prostituição em São Paulo. Nas ruas dessa área também transitaram estabelecimentos boêmios, ocupados por “moradores, transeuntes, profissionais da região central, intelectuais e artistas progressistas”. (RUI, 2016) A autora ainda cita Teixeira (2012), para a compreensão do local,

uma rede de casas e hotéis onde, além da prática de prostituição, jogos de todos os tipos e consumo de álcool, anfetaminas e maconha eram frequentes e dependentes da cumplicidade policial, que ora fazia “vista grossa” para tais atividades, através de “acertos” (...) era também conhecida entre os íntimos, com certo glamour, como “o quadrilátero do pecado” (RUI, 2016 p. 232).

Com este seguimento, no início dos anos 1990, os hotéis e pensões que anteriormente hospedavam “viajantes e prostitutas” começaram a auferir com usuários e vendedores de crack, que vinham tanto de outras cidades ou outras regiões centrais de São Paulo, como também das áreas periféricas da metrópole, devido à imersão a relações de violência que as regiões periféricas se encontravam. (RUI, 2016).

Ao fim dos anos 1980 e ao longo de toda a década de 1990, ela passou por deslocamentos semânticos, por distintas práticas e usos espaciais e foi progressivamente perdendo sua referência como espaço de prostituição e boemia, articulada a um determinado tipo temporal de “economia criminal urbana” (RUI, 2016, p. 235).

Nesta perspectiva, segundo Oliveira (2007), citado por Fasson e Puccinelli (2010, p. 4), o crack é,

um estimulante do sistema nervoso central, resultante da mistura de cocaína (droga derivada da planta *Erythroxylon coca*) com outras substâncias, como bicarbonato de sódio e água. Essa combinação dá origem a cristais que recebem o nome de “pedras”, e são usualmente consumidos por meio do fumo em cachimbos. Em relação à cocaína, chama a atenção pelo custo unitário reduzido das “pedras”, e pelo efeito mais intenso. (FASSON; PUCCINELLI, 2010, p.4).

São poucas as informações sobre a introdução do crack no Brasil. Os primeiros registros destacam que o crack teria entrado e se territorializado preliminarmente na periferia leste de São Paulo, logo deslocando-se por seguintes periferias e o mesmo para os centros. “Dentre os bairros, São Mateus figurou como o de mais intenso comércio e consumo da droga”, ficando conhecido pela mídia como “o Bronx<sup>3</sup> paulistano”. (RUI, 2016).

Em uma pesquisa pioneira sobre o uso do crack em São Paulo (NAPPO, 1994), citado por Fasson e Puccinelli (2016, p. 4), especifica-se a “estratégia de mercado habilidosa” exercida pelos traficantes da época para disseminação desta substância psicoativa: “para popularizá-la, começaram a esgotar a oferta de outras drogas, deixando disponível apenas o *crack*. Isso teria feito com que os usuários de cocaína aderissem à então nova droga por falta de opção.”

Desde a década de 1990, perpassava na imprensa um relevante resalto quanto à inserção do uso do crack em São Paulo, destacado como um “fator perturbador da ordem e multiplicador da violência”. (SILVA; ADORNO, 2013, p. 22).

mais do que a referida existência de uma concentração do comércio e uso de crack nas periferias (...), destaca-se o tipo de contexto espacial e social do uso de crack, completamente imerso em relações violentas. (...) a chegada do crack ajudou a mudar tanto o esquema do tráfico na metrópole (sobretudo pela importação da pasta-base ao invés de cocaína em pó) quanto o perfil dos participantes do tráfico, já que a expansão do mercado atraiu pessoas com idade mais baixa para o negócio. (RUI, 2016, p.229).

Foi com este fato que surgiu a elaboração de uma etnografia<sup>4</sup> do uso do crack, que a partir então passou a ser conhecida como “cracolândia”.

<sup>3</sup> Em 1992, o jornal Folha de S. Paulo, associou o bairro São Matheus com o South Bronx nova-iorquino, “o famigerado polo de consumo e comércio de crack dos EUA na década de 1980” (RUI, 2016, p. 227)

<sup>4</sup> “O contexto etnográfico significa, além do recurso à observação participante e da manutenção de um diário de campo (técnicas de pesquisa), a reflexão acerca de uma abordagem que enfatiza a intersubjetividade e a reflexividade da relação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa.” (ADORNO; RUI; SILVA; MALVASI; VASCONCELLOS; COSTA; GOMES; GODOI, 2013, p. 5).



Nesse sentido, os anos de 1990 foram demarcados como os anos de “redemocratização, reestruturação produtiva, abertura econômica, mundialização e expansão de rotas de vários mercados, inclusive os ilícitos” (RUI, 2016, p. 230), os quais assinalados com o agravamento dos índices de crimes violentos, em que a autora cita Feltran (2012),

O desemprego estrutural que chegou a 22% na Região Metropolitana de São Paulo no final dos anos 1990, a informalização dos mercados e as altíssimas taxas de lucro das atividades ilegais elevaram os índices de criminalidade violenta. O controle desses mercados emergentes gerava corrida armamentista e uma guerra aberta nas periferias da cidade. ‘Muita mãe chorou’ nas madrugadas de saguões de hospitais, Institutos Médico-Legais e cemitérios. Uma geração traz ainda hoje as marcas desse período, talvez por ainda muito tempo. [...] Nas periferias é comum que os anos 1990 [...] sejam lembrados como ‘a época das guerras’ (Feltran, 2012: 238-9, grifos do autor).

Portanto, duas décadas depois, tornou-se muito rápida a expansão do consumo e comércio de crack por toda a região de São Paulo. Inicialmente limitado ao bairro São Matheus, o “Bronx paulistano” devido à territorialização, o consumo deslocou-se das periferias ao Centro, porque “os consumidores da droga visavam, no limite, fugir da possibilidade concreta de assassinatos e retaliações nos bairros de origem” (RUI, 2016, p. 231).

Trata-se de uma área historicamente marcada por uma forte ocupação popular de suas ruas e moradias, com práticas de prostituição feminina (e mais tarde, de travestis), pequeno comércio, comércio informal e várias atividades ilícitas que dialogam há décadas com certo imaginário ligado à chamada Boca do Lixo, que entre 1960 e 1980 também concentrou, ali, a produção de filmes pornoeróticos. (FRÚGOLI, 2016, p. 249).

Retrospectivamente, “na década de 2000, especialmente na sua segunda metade, que a densa concentração de usuários de crack nas ruas dessas imediações passará a denotar “cracolândia”, numa configuração mais próxima à atualmente compreendida.” (RUI, 2016, p. 235). Esta territorialização obteve a configuração *social* e *política* totalmente distintas, o que será abordado nos próximos tópicos.

## **2.2 Construção Social: Manifestação da *Questão Social***

Para Manso, citado por Rui (2016), a venda de crack contribuiu em agilizar o processo de conflitos de mercados e vizinhanças, e também a apreensão em associação à repreensão de alguns usos e usuários de droga. Com este fato, manifesta-se a concepção da figura do “viciado”. Com a “delimitação do nome “cracolândia” ao espaço, e de usuários de crack a seus frequentadores, a construção de comportamentos que passavam a refletir os aspectos que a mídia destacava sobre o uso do crack”. (SILVA; ADORNO, 2013, p. 24). Assim, estes usuários da localidade são denominados como “noia”, derivado de “paranoia”, “com referência a um estado mental decorrente do uso regular do crack, ou da “fissura” pelo uso contínuo do mesmo, dado seu rápido efeito.” (FRÚGOLI, 2016, p. 253),

[...] a construção da figura do ‘viciado’ como alguém incapaz de seguir qualquer tipo de regra transformou o chamado *noia* em um dos alvos preferenciais do assassino. O *noia* afinal sintetiza os defeitos dos novos inimigos nesse novo contexto moral em que a carreira criminal passa a ser tolerada por se tornar uma oportunidade de renda [...] O *noia* representa a essência do que não se pode tolerar” (MANSO, 2012, p. 228).

Como visto no item anterior, a nomeada Boca de lixto perpassou por novas práticas e acarretou por deslocamentos, que designou a uma nova referência na territorialidade da região da Luz. Assim, a despeito desta região ser demarcada pela “ótica do abandono” (FRÚGOLI, 2016), esta territorialidade, a partir do final da década de 1990, começa a receber mais olhares para a situação do uso do crack, bem como parte a ser alvo de um conjunto de ações de entidades,

voltadas não apenas aos usuários de crack, mas a outros agrupamentos vulneráveis, *eventualmente* também envolvidos com o uso do crack: população de rua (incluindo crianças de rua), mulheres e travestis em situação de prostituição, catadores de material reciclável etc. Isso difere parcialmente do momento presente, em que é mais clara a presença do poder público, como se verá adiante. (FRÚGOLI, 2016, p. 252).

Nesse viés, é de Lei, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que atua na área de redução de danos junto com os usuários de crack, com ações nas ruas da região da Luz e em um centro de conveniência<sup>5</sup> (FRÚGOLI, 2016), sendo uma das pioneiras com este trabalho na região da “cracolândia”. A partir desta conjuntura, a “cracolândia” foi deixando de ser um local para o qual “ninguém

<sup>5</sup> Para mais informações, acessar < <https://edelei.org/> > (acesso em: 20 maio de 2020)

olhava”, para onde era preciso “chamar a atenção”, e se tornou um campo de intervenção e conhecimento dos mais tematizados do país. (RUI, 2016, p. 236)

Segundo a autora Rui (2016), com base nestas transformações que pleitearam para este contexto, destacam-se três principais contingências. Primeiramente, a questão do fluxo, especificadamente das periferias para o Centro, o qual teve distintos fatores e pretextos das que abordaram no começo dos anos 1990. O controle da violência liderado pela facção criminal Primeiro Comando da Capital (PCC) deu uma perspectiva de menor possibilidade em ser morto nos bairros periféricos, além da diminuição de homicídios na cidade. No começo dos anos 2000, “não pode mais matar nesses espaços”. (RUI, 2016, p. 236). No entanto, outro mecanismo de administração foi operado: “a prática de *interditar* consumidores indesejados”. Rui cita Biondi (2011): ““não vender, não oferecer e nem usar” com pessoas que estão desenvolvendo usos considerados problemáticos e abusivos de drogas, sobretudo de crack”. Ademais,

a interdição induz o fluxo: uma vez interditado em uma *biqueira*, o usuário tem que procurar por outra para continuar o uso; se interditado nesta outra, procurará por uma terceira e assim por diante; de modo que não é complicado supor que nessa sucessão de interdições, ele facilmente pode chegar ao Centro, à “cracolândia”. O caminho de volta não é, contudo, simples de ser feito. Tal dispositivo é importante para sinalizar como práticas e decisões tomadas nas periferias seguem contribuindo para deslocar consumidores problemáticos de crack para o Centro. (...) tem impacto importante no aparente aumento de usuários da droga nesta região ao longo dos anos 2000. (RUI, 2016, p. 236).

Consequente, o campo e a sistematização mudaram integralmente a situação de rua em São Paulo, devido ao crescimento do uso de crack por pessoas em situação de rua. Em relação a estes sujeitos, o Centro é um atraente local para irem, visto que centraliza variados equipamentos e serviços públicos, como também, a possibilidade de algum ganho, e, ao menos, proporciona relativa proteção à violência. Dessa maneira, estas regiões centrais<sup>6</sup> apresentam “refúgio, abrigo, proteção, ganho, diversão e serviços aos que mais deles necessitam.” (RUI, 2016, p. 231). Ainda assim, Oliveira (2012), citado por Rui (2013, p.237), demonstra que “se antes as “causas” para a chegada às ruas estruturavam-se em um diagrama que acionava questões sociais relacionadas à migração Nordeste/Sudeste, interior/capital, à falta de emprego e falta de moradia”,

---

<sup>6</sup> Para a autora, é por este motivo que a pobreza extrema fica visível e exposta nas áreas centrais.

atualmente, é notório o consumo de drogas ser uma justificativa, como também a “associação entre estar nas ruas e consumir crack”<sup>7</sup> (RUI, 2016, p. 237).

(...) é preciso atentar para a dificuldade de aferir o aumento real do consumo entre tal população, tanto porque ele ainda não foi contabilizado estatisticamente, quanto porque o número de pessoas em situação de rua também aumentou nos últimos anos, em São Paulo. Segundo as pesquisas disponibilizadas no site da prefeitura, passou-se de 10.399 em 2003 para 14.478 em 2011. Nesse sentido, se é necessário observar com suspeita o aparente aumento do consumo de crack pela população em situação de rua, o mais relevante é indicar o problema político aí colocado. (...) a associação entre estar na rua e consumir crack, ao ser veiculada mais amplamente, corroborou para um processo tanto de criminalização quanto de vulnerabilização dessas pessoas. (RUI, 2016, p. 237).

Hodiernamente, o uso de substâncias psicoativas e, em particular, o uso do crack no entorno das ruas, é um tema recorrente na pesquisa de campo, onde se traz uma conferência sobre o tratamento dos sujeitos, como por exemplo a ações de “redução de danos”, ou a internação compulsória. Neste sentido, estas ações se representam na ordem da saúde e do cuidado, porém sem interrogar sobre “a lógica e o significado que esses sujeitos dão a seu próprio corpo, seus usos e desejos” (SILVA; ADORNO, 2013, p.22).

O corpo e a imagem dos corpos torna-se um referencial quase que exclusivo para, no limite da situação da margem em que os sujeitos se encontrem, mobilizarem o próprio corpo e seus desejos, ou então representar em sua própria pele a sua história dentro das fronteiras colocadas pelas ações que procuram reprimi-los ou desloca-los. Assim a “vulnerabilidade” torna-se uma questão reflexiva e não vitimizadora do sujeito frente à ação do estado e particularmente da saúde. (SILVA; ADORNO, 2013, p.22).

Outro fato é a identidade. Com o aspecto da exclusão social, que pode ser fomentado a partir do uso de drogas ilícitas, a construção de uma identidade pode vir a ser fomentada por esta exclusão. Voltado para os territórios de “marginalização”, da mesma forma que são territórios de consumo e de trabalho, como aponta Silva e Adorno (2013, p. 28), o consumo das drogas se “identifica e aproxima consumidores e vendedores do produto. Ser um “nóia”, por exemplo, é também uma maneira de ser e estar no mundo, uma forma de identificação coletiva.”

---

<sup>7</sup> A autora exemplifica que, em 2005, praticamente todo trabalho dedicado às pessoas em situação de rua e ao consumo do crack cai sempre na mesma questão: é usuário de crack ou é morador de rua?

Estabelece-se assim a indagação do consumo, onde a pessoa que se encontra nesta territorialidade há vários anos acaba criando estratégias para gerenciar sua vida, talvez não de uma concepção saudável, mas o bastante para permanecer com o seu “desejo e prazer de uso” (SILVA; ADORNO, 2013). Do mesmo modo, a indagação em relação a muitos jovens, que trocam seu bairro e casa pelas ruas e encontram uma forma concreta de trabalho nas atividades ligadas ao tráfico de drogas. Assim, o tráfico se faz presente na economia global, Vera Telles (2017), citado por Silva e Adorno (2013, p. 28), “como outros tantos circuitos por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor, tornando indiscerníveis as diferenças entre emprego e desemprego, entre trabalho e não-trabalho.”

Sem embargo, ocorre também acerca da identidade a categorização destes sujeitos fomentada pelas instituições e assentida ou não pelos “atores sociais”, nota-se assim, uma delimitação de identidades e espaços, tal como dissemelhantes jeitos de uso da droga, possibilitando observar que,

a cracolândia se tornou, nos últimos anos, um espaço de lazer de grande parte do circuito das populações em situação de rua, de egressos do sistema penitenciário e, como espaço de trocas desses atores, também se tornou um local de compra e venda de crack. Diversos grupos passaram a frequentar a cracolândia, não apenas para comprar drogas, mas também como a incorporação do estilo de vida, associado ao uso daquela droga. Desse modo, ao longo das idas, o espaço dessa mancha urbana nos foi aparecendo como um local em que ocorria um intenso sistema de trocas. Trocas de objetos, alimentos, bebidas, drogas e também de afetividades, sexualidades, emoções. (ADORNO; RUI; SILVA; MALVASI; VASCONCELLOS; COSTA; GOMES; GODOI, 2013, p.6).

Outrossim, a última contingência é a criação do Projeto Nova Luz, em 2005, coordenado pela prefeitura de São Paulo, sob gestão do prefeito Gilberto Kassab, através da qual se concretiza uma medida de parceria público-privada de intervenção urbana, ou seja, intervenção urbana estrutural, para a “revitalização” da área (RUI, 2016). O projeto tencionava “valorização dos prédios históricos, reforma das áreas livres públicas, criação de espaços verdes e de lazer e a melhoria do ambiente urbano da região” (RUI, 2016, p. 237). Deste modo, a “cracolândia” se transfigura ao tema de amplo interesse público, na proeminência de variações da “gestão da violência na cidade, nas mudanças nas formas de tornar pública a situação de rua e no advento de incisivas políticas de requalificação urbana na área da Luz.” (RUI, 2016, p. 238).

Dentre variados recortes analíticos, ficou evidente, principalmente, a necessidade de bem precisar a “questão social” da “cracolândia”, pois, se de um lado havia nela abertura espacial aos mais diversos consumidores de crack, de outro, o fato incontestável era que a maior parte das trajetórias destes usuários faziam referência à situação de rua ou aos fluxos das periferias para o Centro, com ampla menção à pobreza, ao esgarçamento dos laços familiares, aos empregos precários e às violências cometidas ou sofridas, perpassando ainda períodos de institucionalização em albergues, clínicas psiquiátricas, comunidades terapêuticas ou prisões. (RUI, 2016, p. 239).

Neste contexto, segundo a autora Fromm (2017), a “cracolândia” está exposta a projetos urbanísticos em seu entorno no centro, e também, a nível nacional, aos debates realizados sobre a questão das políticas de drogas. Simultaneamente, são notórias as repressivas investidas policiais e de limpeza, como também as ações de cunho religioso e de defensores dos direitos humanos. A partir de 2012, as tramas institucionais que ficaram visíveis para o chamado “problema Cracolândia” (FROMM, 2017), foram o Projeto Nova Luz, a Operação Sufoco e a internação compulsória de usuários de crack. Assim, mapear tantas hesitações e dificuldades nos dá a oportunidade de compreender o “sistema de ajuda” que se construiu no território, que será visto no terceiro e último tópico deste primeiro capítulo, o desenvolvimento de “programas muito heterogêneos” e, como ressalta a autora já mencionada anteriormente, na maioria das vezes, opostos e divergentes.

### **2.3 Construção Simbólica e Política**

Em visitas realizadas na localidade da “cracolândia” entre 2011 e 2013, encontrou-se uma grande dificuldade em retratar a pluralidade de “pessoas, práticas, corpos e usos de crack”. Em 2015, aumentava esta dificuldade em mapear as relações, devido ao fato de integrar a cena urbana, novos atores, instituições e programas sociais. “Novos programas haviam sido criados e novas políticas de gestão do espaço estavam sendo postas em prática, tanto por aparelhos estatais quanto por missionários evangélicos e agentes do crime.” (FROMM, 2017, p. 38).

A autora Fromm (2017) destaca a princípio o Projeto Nova Luz, destinado ao Bairro da Luz, que possui um reconhecimento dual. Por sediar os

equipamentos culturais, como por exemplo o antigo Museu de Língua Portuguesa e a Pinacoteca do Estado, ele é reconhecido como um bairro cultural. Por outro aspecto, carrega um estigma da degradação e da criminalidade relacionados à “cracolândia”. No começo do ano de 2005, na gestão de Serra-Kassab, tomou força a proposta do poder público de “transformação e “revitalização” urbana dessa zona da cidade”. (FROMM, 2017, p. 40). Foram efetuadas, assim, extensas operações policiais para a retirada de usuários e vendedores de crack que se encontravam nas ruas, juntamente com demolições e desapropriação de imóveis localizados no Bairro.

Em 2009 foi decretada a Lei 14.918/2009 de concessão urbanística que autorizou a execução do chamado Projeto Nova Luz na medida em que permite ao poder público desapropriar imóveis centrais. Fruto de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o projeto urbanístico só foi de fato divulgado em agosto de 2011 e previa a criação de um complexo cultural e um polo tecnológico com a proposta de atrair empresas de grande porte. (FROMM 2017, p. 40).

Diante deste Projeto, moradores da região da Luz se organizaram com os comerciantes e os movimentos de moradia da região para debater a respeito da formulação e dos efeitos desta intervenção. Com isso, o projeto foi apontado como higienista e destinado à especulação imobiliária.

Em 2013, o vereador Nabil Bonduki (PT) criou o projeto de lei 282/2013 que previa a revogação do Nova Luz. Apesar de não revogado, a gestão municipal de Fernando Haddad (2013-2016) optou por engavetar o projeto. (FROMM, 2017, p. 41).

Desde o início dos anos 2000, são realizadas operações policiais no território da “cracolândia”. Estas abordagens são marcadas pelo excesso de violência e tem como intuito “pôr fim à Cracolândia” (FROMM, 2017). Em 2005, a Prefeitura Municipal de São Paulo, sob gestão do Prefeito José Serra (PSBD), conjuntamente com o Governo do Estado (na gestão do governador Geraldo Alckmin, também do PSDB), deflagrou a Operação Limpa, uma operação sancionada por agentes da polícia militar, da vigilância sanitária e de setores ligados ao assistencialismo, havendo como proposta a “renovação” da área, e como foco o local demarcado pelo Projeto Nova Luz. Como resultado desta ação, os usuários acabaram se locomovendo para outros bairros do centro, criando uma

“nova cracolândia” pelo perímetro da região da antiga rodoviária, nos arredores da Rua Helvétia e da Praça Júlio Prestes. Deste modo,

(...) a Cracolândia não acabou, mas “mudou de endereço” e o número de seus frequentadores cresceu substantivamente nos anos subsequentes, nos quais houve uma pausa nas grandes e espetacularizadas operações policiais. Nos anos seguintes à operação de limpeza, começaram as desapropriações e demolições de imóveis na região, com vistas à implantação de um projeto de “revitalização urbana” (...) pelo poder público em parceria com a iniciativa privada. (FROMM, 2017, p. 42).

Apenas entre 2009 e 2011 é que são criadas infraestruturas como equipamentos estatais de acolhimento, a chamada Ação Centro Legal, e também foi anunciada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) a construção de um aparelho socioassistencial denominado como Complexo Prates, construído no começo do ano de 2012. Já se observava, então, certo progresso a respeito do poder público. É notória uma rede de serviços destinados à atenção para com a população da “cracolândia”, que, em sua maioria, encontra-se em situação de rua. Como Fromm (2017) cita, passaram a “enfrentar a questão da Cracolândia como uma “questão de saúde” (FRÚGOLI; SPAGGIARI, 2010; RUI, 2014; CALIL, 2015; MAGALHÃES, 2015). Por conseguinte, no começo do ano de 2012, com o propósito de combate ao tráfico e por uma estratégia militar, deu-se abertura para uma intervenção policial na região, designado como a Operação Sufoco, como Fromm (2017, p. 44) destaca, “Operação Dor e Sofrimento”. Sob a gestão de Gilberto Kassab (DEM), pelo governo do Estado e Prefeitura, foi apontado que o objetivo desta operação, além do combate ao tráfico, era a busca de tratamentos para as pessoas que viviam nesta região, consideradas todas como “dependentes de crack”. Como ressalta Fromm (2017), não houve novos equipamentos ou espaços públicos para o acolhimento desta população para tratamento, além do fato da Ação Civil Pública. Considerou-se que a Polícia Militar agiu de maneira “arbitrária e isolada”, sem ter uma comunicação na rede de saúde e assistência, uma vez que estas redes estavam inseridas na Ação Centro Legal.

Políticas de caráter repressivo marcam a história urbana da Cracolândia tanto a violência das grandes operações super midiáticas quanto os conflitos cotidianos com a polícia. Essas grandes operações induzem os usuários de crack à errância e à busca desesperada de refúgio momentâneo nos serviços de atenção e cuidado. (FROMM, 2017, p. 47).



Em 2013, com o insucesso da Operação Sufoco, o Governador Geraldo Alckmin cria como nova estratégia, juntamente com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no interior do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), com a localização no centro de São Paulo, “um plantão judiciário com o intuito de acelerar os procedimentos legais necessários para a internação à força de usuários de drogas, sobretudo, de crack” (FROMM, 2017, p. 47). Neste mesmo local seriam efetuados os laudos psiquiátricos e as medidas judiciais para a internação compulsória e involuntária desta determinada população. Cabia ao juiz, por meio de um atestado médico, decidir a respeito ou não da internação. Esta medida demonstrava uma forma do governo de São Paulo em separar as outras ações da polícia militar, “cuja justificação é pautada pelo deslocamento do crack como uma questão de segurança pública para uma questão de saúde pública” (FROMM, 2017, p. 48).

“A dependência química é doença, como é apendicite, como é pneumonia, precisa de tratamento. Você tem casos que trata uma doença no consultório, ambulatoriamente, e tem casos que você tem que internar, para isso tem o hospital”, afirmou o Governador Geraldo Alckmin em janeiro de 2013. (FROMM, 2017, p. 48).

Neste contexto, o Governo do Estado de São Paulo criou o Programa Recomeço<sup>8</sup>, o que só fomentou a discussão a respeito sobre o êxito ou não da internação como tratamento, como salienta o ex-ministro da saúde José Gomes Temporão,

“A questão central é política. Não se pode ter um olhar sobre as drogas ilegais que seja um olhar higienista, de retirar o problema da minha visão, ou de ter um olhar policial. Tem que partir de um olhar social” (...) garantir os direitos individuais, sem escambar para o autoritarismo e para a repressão”(...) a medida do Governo Estadual “corre o risco de se transformar em higienista, desrespeitando os direitos individuais.” (FROMM, 2017, p.50).

No final do ano de 2013, como uma alternativa para o enfrentamento do crack, o Prefeito Fernando Haddad (PT), uma vez que não concordava com a medida anterior, desenvolveu um programa em cooperação com o Governo

---

<sup>8</sup> O “Programa Recomeço – Uma Vida Sem Drogas” prevê a oferta de assistência médica aos usuários de drogas, sobretudo crack, a partir de uma equipe multifuncional de atendimento que enfoca seus esforços na prevenção ao consumo de substâncias psicoativas e na medicalização e desintoxicação de seus *pacientes*. (FROMM, 2017, p. 60)

Federal, por intermédio do Programa “Crack, é possível vencer”. Assim, em 2014, a Prefeitura comunica a Operação Braços Abertos<sup>9</sup>, que tinha uma concepção diferente dos outros programas já realizados. Como Fromm (2017, p. 63) destaca, “estabelece que o foco da intervenção não estaria na droga, mas na garantia de direitos negados a essa população historicamente em situação de vulnerabilidade social.” O início desta Operação já foi distinto, uma vez que, através de uma negociação pacífica com os moradores, na localidade da “Favelinha” da “cracolândia”, ocorreu a remoção de 200 barracos, localizados no terreno baldio da antiga rodoviária, efetuando um planejamento intersetorial em parceria com o Programa “Crack, é possível vencer”, priorizando a garantia de direitos para este segmento da população.

Importante destacar que, além de programas governamentais desenvolvidos para a “cracolândia”, também há um denso processo de missionários que intervêm no local, como é o caso da Missão Batista Cristolândia, com o intuito de, como referencia Fromm (2017), “transformar a cracolândia em Cristolândia”. Enxerga-se esta região, assim como os usuários que por ali transitam, como seres das trevas, promovidos pelo diabo, constituindo “lugares de vidas que precisam ser salvas e de territórios que precisam ser evangelizados e convertidos.” (FROMM, 2017, p. 54).

A primeira medida a ser tomada é a retirada do “dependente químico” do contexto de uso mediante a internação (sempre voluntária) para que haja um período de desintoxicação e o estabelecimento de uma nova rotina com regras – as quais, supostamente seriam ausentes no contexto de vida nas ruas - e atividades laborais e esportivas, além de estudos bíblicos, cultos e visitas a igrejas batistas. Com o passar do tempo e a depender da adequação do interno à disciplina do programa, ele/ela é transferido (a) para um novo CFC para cumprir a etapa seguinte. O objetivo principal do tratamento é o alcance da abstinência total do consumo de drogas e a consolidação de uma vida com Cristo. (FROMM, 2017, p. 59).

Atualmente, o Governo de São Paulo está sob gestão de João Dória (PSDB), que, ao assumir o mandato em 2017, finalizou o programa Braços Abertos. Para ele, a política era “uma ideia absolutamente fracassada”, que fazia “aumentar o consumo de crack”. Após um breve período à frente da Prefeitura de

---

<sup>9</sup> “Foram cadastradas pela Prefeitura cerca de 300 pessoas, as quais passaram a dispor de moradia em hotéis, três refeições diárias no restaurante popular Bom Prato e vagas no serviço de zeladoria urbana com a função de varrição das ruas do centro e um pagamento semanal equivalente a 15 reais por dia em troca de 4 horas de serviço diário.” (FROMM, 2017, p. 62).

São Paulo, João Dória renunciou ao cargo para concorrer ao Governo do Estado, cedendo o lugar ao seu vice-prefeito, Bruno Covas (PSDB). Sob essa gestão, deu-se o retorno do excesso de violência e o discurso de que os projetos precisavam passar por “batismos” para se efetivarem. Assim, como no plano de Kassab, foi aplicada fortemente a intervenção policial, uma vez que a proposta seria a retirada da “cracolândia”, o que resultou na “aglomeração de centenas de usuários de drogas e pessoas em situação de rua nas imediações da Estação Júlio Prestes”<sup>10</sup>.

### **3 QUESTÃO DE GÊNERO E IDENTIDADE: O LUGAR RESERVADO À MULHER TRANS E TRAVESTI NA SOCIEDADE**

Segundo Marta Lamas, o conceito de gênero encontra-se no dicionário como uma definição de classe, tipo e espécie, por exemplo, de qual gênero de música gosto mais? Que gênero de filme eu gosto de ver? E então vem o conceito de gênero feminino (para mulheres) e gênero masculino (para homens).

Em espanhol, a conotação de gênero como uma questão relacionada à construção do masculino e do feminino só é entendida em termos de gênero gramatical, mas somente pessoas que já estão no fundo do debate teórico sobre o assunto o entendem como uma relação entre os sexos, ou como simbolização ou construção cultural. (LAMAS, 1995, p. 11).

A partir dos anos 70, no mundo da psicologia médica, ocorreu uma divisão entre os processos de identidade do ser humano, do que vem da biologia e dos que vêm da cultura e da socialização. Realizou-se um estudo sobre a diferença do sexo como biológico e do gênero como cultural<sup>11</sup>. Assim, gênero tem significados diferentes em cada cultura, país, grupo social, família e também para cada autor. No artigo categoria Uso, Dificuldades e Possibilidades do Gênero de Marta Lamas, aponta para diversos usos do conceito de gênero,

(...) para Scott, o uso da categoria gênero aparece não apenas como uma forma de falar sobre os sistemas de relações sociais ou sexuais, mas também como uma forma de se localizar no debate teórico. As linguagens conceituais usam diferenciação para estabelecer significados,

<sup>10</sup> Ver reportagem: A política de João Dória para a cracolândia deu tão errado que seu vice está retomando o plano anterior — em silêncio. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/25/doria-cracolandia/>

<sup>11</sup> Esta diferenciação já se não faz mais uso. Novos estudos apontam a construção do chamado sexo biológico como dados construído. Ver: Os cinco sexos - Anne Fausto-Sterling (1993), traduzido para português em 2009.

e a diferença de sexo é uma forma primária de diferenciação significativa. O gênero fornece uma maneira de decodificar o significado que as culturas dão à diferença dos sexos e uma maneira de compreender as conexões complexas entre as várias formas de interação humana. (LAMAS, 1995, p. 13).

Todo ser humano nasce em um grupo social. E, por sua vez, além de estar envolvido em um grupo social, estará também em um grupo religioso, político e em uma classe social. Assim, quando nasce, já terá uma série de determinações, como usos e costumes, os mesmos, por exemplo, vão projetar no nosso consciente e inconsciente determinações que moldam nossa personalidade pela cultura e pela história de um determinado grupo social e sociedade, como também, os mandatos de gênero, baseados no sexo biológico que nascemos,

A cultura marca os seres humanos com o gênero e o gênero marca a percepção de tudo o mais: o social, o político, o religioso, o cotidiano. A lógica de gênero é uma lógica de poder, de dominação. (...). Essa lógica são, segundo Bourdieu, os conceitos de gênero que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. (LAMAS, 1995, pp. 15 e 33).

Contudo, o conceito de gênero é uma construção social para a diferença social e, portanto, pode-se perceber que é visto como algo emergente com a necessidade de nomear o que não está definido e manter dentro de dois padrões e papéis sociais.

O conceito de identidade ganha força na década de 70 e Gilberto Giménez (2002) traz como definição o conjunto dos Repertórios Culturais ao nosso redor e nosso ciclo de pertencimento. Pertencemos a alguma família, grupo social, religião, partido político. Assim, permite-se a identificação dos principais parâmetros de identidade. O primeiro é a relação entre identidade e cultura “por parte dos atores sociais a vontade de se distinguir socialmente por meio de uma reelaboração subjetiva e seletiva de alguns de seus elementos”. Em segundo lugar, é que a identidade,

só existe para os sujeitos, e para os atores sociais; a identidade é o resultado de um processo de identificação dentro de uma situação relacional. (...) A identidade é uma construção social que se realiza no interior de marcos sociais que determinam a posição dos atores e, portanto, orientam suas representações e ações. (GIMÉNEZ, 2002, p. 39)

Através do repertório definido, somos capazes de definir nossa identidade. Porém, de acordo com Giménez (2002) “para a afirmação da identidade, ela implora para ser reconhecida por outros atores para existir socialmente”. A

identidade corresponde a um processo evolutivo e uma construção social, “a identidade é constantemente construída e reconstruída nas trocas sociais: por isso o centro da análise dos processos identitários é a relação social” (GIMÉNEZ, 2002, p. 42). Com isso, ele traz que nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação. Atualmente, por exemplo, esse poder está nas Instituições, como por exemplo a igreja, escola, família, mas principalmente o Estado, que estabelece normas e controles sobre a identidade de seus cidadãos, em que reconhece apenas uma identidade cultural legítima. Deste modo, o grupo dominante (que está no poder) impõe os padrões a serem seguidos, praticando a Exotificação {trazendo o significado de a sociedade te define, e assim} com as chamadas minorias, que acabam encontrando-se em uma sociedade que não as reconhece, as discrimina e as marginaliza.

De acordo com o artigo Duelo de dualismos, “quanto mais procuramos uma base física simples para o sexo, mais claro se torna que <<sexo>> não é uma categoria puramente física”. (STERLING, 2006, p. 19). A autora fará referência a três mundos para a explicação da identidade. Em primeiro lugar, coloca a visão de cientistas e biólogos, que criam verdades por meio de experimentos sobre sexualidade e como isso influencia no nosso ambiente cultural, e ressalta “a visão deles sobre o que faz um organismo viver está decididamente de cabeça para baixo, do pequeno para o grande, de dentro para fora.” (STERLING, 2006, p. 21). Em segundo, destaca um grupo de comunidade virtual, chamado “Loveweb” [“rede do amor”]), que reúne estudiosos, como psicólogos, sociólogos, antropólogos, filósofos, etc. Na maioria, acreditam que “adquirimos nossa essência sexual antes do nascimento e que ela se desdobra à medida que crescemos e nos desenvolvemos”. (STERLING, 2006, p. 21) E aderem às “explicações biológicas, fundadas no corpo, sobre a sexualidade humana”. E, por último, expõe-se a teoria feminista, que traz um diferencial, em que tem consideração à Política, e “concebem o corpo não como uma essência, mas como um suporte vazio no qual o discurso e a performance constroem um ser completamente aculturado.” (STERLING, 2006, p. 22).

Por fim, Sterling (2006) traz uma contextualização da mudança nas concepções do sexo e da sexualidade. A começar pelo século XVII e XVIII, em que historiadores concederam grandes mudanças nestes dois conceitos. A autora

cita Michael Foucault <sup>12</sup>, em que a sociedade propunha métodos de disciplina, uma vez que se encontrava em um capitalismo principiante e que eram necessários novos modelos de controle<sup>13</sup>. Sterling (2006, p.25) apresenta que “Foucault dividiu esse poder sobre os corpos vivos (bio-poder) em duas formas.” Primeiramente, estaria fundamentada no *corpo individual*, em que muitos profissionais da área da ciência tiveram como cargo aperfeiçoar e padronizar a função do corpo. “Na Europa e na América do Norte, o corpo padronizado de Foucault foi sempre masculino e caucasiano [branco].” A segunda forma de bio-poder de Foucault, nomeada de “biopolítica da população”, teve o surgimento no início do século XIX, que segundo a autora (2006, p. 25) “os primeiros cientistas sociais começaram a desenvolver os métodos estatísticos de levantamentos para supervisionar e administrar “nascimentos e mortalidade, o nível de saúde, a expectativa de vida e a longevidade”. Para Foucault, “disciplina”, de uma forma, originava um tipo de controle ou punição; e de outra, concernia-se a um corpo acadêmico de conhecimentos – “a disciplina história ou a biologia.” Com este duplo significado, Sterling (2006, p. 26) expõe que o conhecimento disciplinar produzido, por exemplo, na cirurgia, psicologia, bioquímica, entre outros, impulsionou “os médicos a tentarem controlar o gênero mesmo do corpo – inclusive “suas capacidades, gestos, movimentos, localização e comportamentos”. Deste modo, os médicos não só contribuíram o *normal* a ter a priorização em *relação ao natural*, como também para a biopolítica populacional. Voltando-nos, como Sterling (2006) cita Foucault, em “uma sociedade da normalização”,

Hoje vemos os conceitos da patologia aplicados em muitas situações – desde o corpo doente, enfermo ou diferente até as famílias monoparentais no gueto urbano. Mas a imposição da norma de gênero tem um motor social e não científico. A falta de pesquisa sobre a distribuição normal da anatomia genital, assim como a falta de interesse de muitos cirurgiões em usarem esses dados quando eles existem, ilustram claramente essa afirmação. (...). Para mudar a política do corpo, precisamos mudar a própria política da ciência. (STERLING, 2006, p.26 e 27).

Contudo, tanto Sterling como Giménez expõem que a partir da mudança da história (política, religiosa e científica), a compreensão e o significado da identidade mudam juntos. Uma relação entre estes dois autores é a existência de

---

<sup>12</sup> Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês contemporâneo que se dedicou à reflexão entre poder e conhecimento.

<sup>13</sup> Sterling cita Foucault (1978, p. 141) “inserção dos corpos no maquinário da produção e o ajuste dos fenômenos da população ao processo econômico”.

um grupo dominante na sociedade, quem está no poder, que reconhece apenas uma identidade legítima e que "esquece e discrimina" as chamadas minorias.

Bourdieu (2000) destaca a dominação masculina e a submissão feminina, que foram construídas e naturalizadas no decorrer dos tempos. Segundo o autor, a visão dominante da divisão sexual se expressa nos discursos, nos espaços, na organização do tempo, nas práticas de técnicas e rituais e principalmente nas técnicas do corpo, ou seja, no habitus e nos hexis corporais, funcionando "como um sistema de categorias de percepção, pensamento e ação" (BOURDIEU, 1995, p.37). Ele discute a força simbólica da oposição entre os sexos, pois "todo poder implica uma dimensão simbólica: ele deve obter a partir do dominado uma forma de adesão que não recai sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados." Essa relação de poder faz com que a dominação masculina pareça natural, resultado de um processo de inculcação coletiva trabalhado em corpos, onde as diferenças entre os sexos biológicos são transposicionadas para as diferenças sociais e onde a educação tem uma forte influência. Como expõe Giménez (2002), atualmente este poder está no Estado, que estabelece regulamentos e controles de identidade de seus cidadãos, reconhecendo só uma identidade cultural legítima.

### 3.1 “Um mundo-cis que consome carne travesti todo dia”

Um mundo-cis que consome carne travesti todo dia. (ARARUNA, 2018, p. 136)

Segundo a autora Nonato (2018, p.1) há a existência de uma *política de identidade* na ordem do capital. Esta política institui que algumas vidas têm menos valor que outras, uma vez que estes corpos são designados e colocados em “lugares marginais da organização social”, através, por exemplo, de processos como a divisão sexual do trabalho.

O primeiro problema que nós travestis temos, é que nem a sociedade nem o Estado reconhecem o travestismo como nossa identidade. As pessoas que nos criticam mais fortemente são as hierarquias eclesiásticas. A Igreja nos demonizou absolutamente. Por exemplo, pensam que se vocês escutam a uma travesti, vão terminar virando travestis. (BERKINS, 2000, p. 1).

Para compreender o surgimento do movimento LGBTQ+ brasileiro, em específico desta categoria identitária, é importante contextualizar e partir do princípio tanto histórico, quanto político.

Em 1960, havia uma só categoria que aglomerava todos, os “bichas”. Mas hoje abrangeria, por exemplo, drag queens, gays, bissexuais, não-binários, dentre outros. Após a década de 60, em específico depois do estabelecimento da Ditadura Militar, tem-se dado, por parte de um segmento desta população, a busca por “respeitabilidade social” (NONATO, 2018, p. 2). Esta busca tinha como propósito positivar a imagem dos homossexuais diante da sociedade e, assim, prosseguir no reconhecimento dos direitos civis. Aconteceu, então, uma disputa identitária entre os que eram conhecidos na época como “bichas/bofes e entendidos”,

os “entendidos” se afirmaram como homens que se relacionam com homens, rejeitando qualquer associação ao feminino (...), e responsabilizando as bichas pelos estigmas da homossexualidade que geravam violência e marginalidade: a afetação, a vulgaridade, a promiscuidade, a prostituição e as drogas. (NONATO, 2018, p. 2).

Na década de 80, esta disputa toma uma proporção ainda maior com a inclusão do termo “orientação sexual” na Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil (CF), delimitando, assim, “os homossexuais como aqueles que desejam “o mesmo sexo”, mas não desejam se tornar “o sexo oposto””. (NONATO, 2028, p.2).

A autora Nonato (2018) assinala que a existência de pessoas que se reconhecem como travestis, hoje em dia, associa-se com o contexto dos povos originários latino-americanos, pois ao contrário de um evento contemporâneo, é um fenômeno de presença orgânica na organização social pré-colonial.

A colonização da nossa latinoamérica, bem como subsequente desenvolvimento global do capitalismo, estabeleceram “formas próprias capitalistas de organização das relações de sexo e gênero”, nas quais a família monogâmica e heterossexual é “unidade econômica da sociedade (ENGELS, 1974)” e “eixo de consolidação da ideologia sexual dominante (BONFIM, 2013)”. Enquanto entre nativos essas pessoas existiam comente como expressões particulares da mulheridade, a nova configuração da sociedade empurrou as travestis para suas margens. (NONATO, 2018, p, 2).

Desse modo, em 1992, em plena medida da ordem neoliberalista no Brasil e com a grande violência policial em locais de prostituição, as travestis adentram o movimento social brasileiro nomeado como ASTRAL (Associação das Travestis e



Liberados). E, mais tarde na mesma década, passam a compor a sigla junto a “gays e lésbicas”, devido ao surgimento da ABGLT (Associação Brasileira de gays, lésbicas e travestis). Assim, as bandeiras de lutas que começaram a ser levantadas abrangiam o combate à epidemia de AIDS e, como citado anteriormente, à violência policial. Atualmente, entre as pautas que são defendidas pelas mesmas, predominam questões como o genocídio ou travesticídio, trabalho informal e “reivindicação de direitos básicos urgentes como o respeito ao nome social, a saúde integral e acesso ao mercado formal de trabalho”. (NONATO, 2018, p.2).

A travestilidade pode ser caracterizada, portanto, como um lugar específico nas atuais relações de sexo e gênero, ou seja, se trata de uma identidade de gênero específica, feminina, e característica da América Latina. Travestis são pessoas que, independente de como se entendem (algumas se referem como “transex”, ou como “bichas”, etc.) ocupam mesmo lugar marginal na sociedade. (NONATO, 2018, p. 3).

Nesta perspectiva, é importante destacar algumas estatísticas para compreensão da realidade vivenciada por travestis e mulheres transexuais, uma vez que a população transfeminina é a mais violentada da comunidade LGBTQ+. Segundo os dados da União Nacional LGBTQ<sup>14</sup>, o tempo médio da expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos e, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>15</sup>, houve um aumento de 70% no número de assassinatos de pessoas trans. Além disso, estima-se que 13 anos seja a idade média para transexuais serem expulsos de casa. Conforme o Relatório da violência homofóbica no Brasil, a transfobia faz com que travestis e transexuais tenham “como única opção de sobrevivência a prostituição de rua”, dessa maneira, segundo a ANTRA, 90% das pessoas trans recorrem a esta profissão.

Para Berkins (2000, p.2), uma das primeiras adversidades que as travestis encontram é que nem a sociedade e nem o Estado as reconhecem como uma

---

<sup>14</sup> Transexuais no Brasil: uma luta por identidade. Os desafios que travestis e transexuais enfrentam por viverem no Brasil, um dos países mais intolerantes do mundo. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>.> Acesso em: 01 de nov. de 2020.

<sup>15</sup> Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/#:~:text=Estima%2Dse%20que%2013%20anos,nem%20mesmo%20o%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

identidade. A igreja, por exemplo, *demonizou* e relacionou a concepção de *contágio* caso houvesse algum tipo de relação com uma travesti. Já no espaço educacional, o “lugar onde se deveria ensinar a lidar com o respeito à diversidade humana é o mesmo lugar que diferencia, oprime e, muitas vezes, rechaça essa população desses espaços.” (OLIVEIRA, 2016, p. 87). No espaço doméstico ocorre muitas vezes a expulsão familiar, segundo Oliveira (2016, p. 88), o autor destaca Navas (2011), “pode se constituir um espaço de não aceitação e conflitos vividos entre travestis e suas famílias, em alguns casos, há dificuldade em aceitar a manifestação da homossexualidade acompanhada do desejo de transformação”. E logo enfrentam a expulsão social. Sobre a inserção das pessoas trans na sociedade, Araruna (2018) afirma

Habitar o concreto e o invisível da cidade é captar suas tripas, camadas e tecidos simbólicos e culturais que concretizam as nossas relações e encontros cheios de banalidade. Com isso, pensando na imensidão da malha urbana como corpo heterogêneo e sempre em construção, sustento a importância da realização de transformações políticas guiadas por coletividades marginalizadas, com o propósito de promulgar novos horizontes de interação comprometidos com a diversidade dos corpos e com a mobilidade segura e saudável dos mesmos. (ARARUNA, 2018, p.149).

Nesse contexto, o sistema capitalista gerou um modelo de mulher único, que o patriarcado<sup>16</sup> consome, dentro de uma sociedade que pauta uma educação no “machismo, misógino e heterossexista” (OLIVEIRA, 2016, p. 87). Dados os processos, para esta sociedade, essas determinadas identidades são marginalizadas, correspondendo assim, à construção fundada em relações patriarcais de gênero que “demarca a dicotomia na qual a sociedade se estruturou que em se tratando de gênero nesse ponto de vista só há homens e mulheres cis” (OLIVEIRA, 2016, p. 100).

Tendo como base a lógica de que “o gênero de verdade” só existe porque se alocou o gênero das pessoas trans como ilusório, o doente, o patológico. A cisgeneridade só existe porque existe a exclusão de categoria de pessoas trans como pertencentes à ordem de inteligibilidade humana, ou seja, as travestis na lógica da sociedade do capital, do patriarcado e da cisnorma não são reconhecidas como sujeitas de direitos. (OLIVEIRA, 2016, p. 100).

---

<sup>16</sup> Segundo os autores Castro, Santos e Santos (2018, p.5), em que citam Saffioti (2004) “o regime patriarcal se sustenta a partir de uma economia doméstica organizada, em que as mulheres, neste sistema, são vistas apenas como meros objetos de prazer e satisfação sexual, entretanto são importantes como reprodutoras tanto da força de trabalho, quanto da geração de herdeiros. ”

### **3.2 O trabalho do Assistente Social na Territorialidade da “Cracolândia”**

Para compreensão da discussão do Assistente Social na “cracolândia” exerce-se a apresentação do contexto histórico e da atuação da profissão no Brasil, de modo a descrever uma conjuntura para o leitor sobre a profissão e a atribuição do Serviço Social.

Atualmente, a profissão do Serviço Social se encontra no Brasil de forma bem amadurecida e plenamente consolidada em âmbito nacional, porém, para conseguir chegar ao estado atual, o Serviço Social teve que passar por questões de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que o levaram, assim, a características particulares que moldam sua necessidade social e definem seus usuários.

Com isso, a profissão começa a ganhar mais foco em 1930, localizada na emergente sociedade urbana-industrial, junto com o desenvolvimento capitalista, que foi marcado por conflitos de classe, pelo crescimento numérico e qualitativo da classe operária urbana e pelas lutas sociais, como, por exemplo, a exploração do trabalho e defesa dos direitos sociais e de cidadania. É quando crescem as lutas sociais dos trabalhadores e dos segmentos mais empobrecidos etc., e as ações de caráter assistencial, religioso e filantrópico mostram-se insuficientes para suprir as necessidades sociais. “O Estado brasileiro transformou a Questão Social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional” (YAZBEK, 20012, p. 296). E o que teve importância na estruturação do perfil da profissão no Brasil foi a Igreja Católica, responsável pelo conjunto das ideias, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Em 1932 é criado, em São Paulo, o Centro de Estudos e Ação Social – Ceas. Seus objetivos são difundir a doutrina e a ação social da Igreja Católica, porém tratava-se de uma orientação estratégica, devido ao declínio de influência da Igreja na vida social da época. Em 1936, inaugura-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, que mesclou as visões francesa e belga, a partir de uma perspectiva ética, social e técnica da formação profissional.

Contudo, a profissão amplia suas áreas de ação. O próprio Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social, ampliando seu campo de trabalho e diversificando a população usuária, em função de novas formas de enfrentamento da Questão Social, agora vista pelas políticas sociais públicas. Porém, o Serviço Social ainda manteve fortes traços de sua origem vinculada com a Igreja Católica. Por sua vez, a realização do 1º Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947, e ao mesmo tempo a forte influência norte-americana no Brasil, a partir do período pós-guerra, irá trazer para profissão a incorporação de teorias estrutural-funcionalistas e de novas abordagens profissionais, difundidas pelos organismos internacionais com a criação da ONU, em 1945. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Já nos anos de 1950-60, deram um novo salto quantitativo ao Serviço Social: aumento do número de escolas; interiorização para as prefeituras de cidades pequenas e médias; abertura para o campo industrial e a incorporação de novas funções, como coordenação, planejamento e administração de programas sociais, o que revela o alcance de maior sistematização teórica e técnica. E, em 1960, o Movimento de Reconceituação impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuária das políticas públicas. Trazendo, assim, um amplo movimento de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico/operativo e ideopolítico. Isso demarca um grupo de assistentes sociais vinculados à esquerda católica e aos projetos de educação pelo método de alfabetização de Paulo Freire. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Para Netto (1996), citado por Yazbeck (2009), as seguintes vertentes de análise emergiram no bojo desse movimento: *a vertente modernizadora*, *a vertente inspirada na fenomenologia* e *a vertente marxista*. Inicia-se assim a vertente de *ruptura com o Serviço Social tradicional*. A ditadura militar na época, no contexto da *modernização conservadora* implantada no Brasil, moderniza e amplia as funções econômicas, sociais, políticas e culturais do Estado. A intervenção na *questão social*, criminalizada e tratada por meio de repressão, abre um leque de políticas sociais e assistenciais implementadas pelo Estado de forma centralizada, autoritária e burocrática. Nesse contexto, em 1960-70, amplia-se a

rede de serviços sociais e também a demanda de trabalho do assistente social, o que conduz a profissão a um efetivo avanço nas esferas acadêmicas.

Nas décadas de 1980 e 1990, é com o conjunto de autores que a profissão inicia uma efetiva interlocução com a teoria social de Marx, adotada como referência analítica, tornando-se hegemônica no Serviço Social a abordagem do mesmo, como totalidade social que participa do processo de reprodução das relações contraditórias da sociedade capitalista (cf. Iamamoto, 1982). A Produção Capitalista, como um sistema na sociedade em que significa a produção e reprodução das relações sociais, é uma produção social. Logo, os homens estabelecem relações com a natureza e outros homens e assim se desenvolve historicamente. O capital, visto como uma relação social que se *expressa sob forma de mercadorias, meios de produção e meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, são aparências: pois aparecem como relação entre mercadorias, mas expressam relações sociais entre classes antagônicas (Capitalistas e Trabalhadores no processo de produção)*. Logo, o Capital se expressa sob a forma de mercadorias. Com isso, para o trabalhador suprir suas necessidades, precisa vender a sua força de trabalho. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalismo bem como o produto do trabalho, logo, cria-se uma relação de exploração entre as classes sociais (relações sociais entre capital e trabalho). (IAMAMOTO, 2010).

Com esse referencial, nos próximos anos de 1980 a 1990, a direção do pensamento e a ação social do Serviço Social no país começam a ser voltadas para a formação de assistentes sociais na sociedade brasileira. Avançando na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, enfim, dentre outros temas sobre os quais recaem seus objetos profissionais. Portanto, o que se observa nessa época dos anos 80/90 é a maturação, que expressa rupturas com o seu tradicional conservadorismo, porém, segundo Netto (2006), “*essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional*”. Pois a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão, atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. A incorporação dos assistentes sociais à esfera pública vem desafiando profissionais em todo o território nacional. Nesse contexto, tensionado pelas mudanças em curso,

enfrentando novos interlocutores nos espaços públicos etc., o assistente social brasileiro avança na construção de seu projeto ético-político na direção de uma sociedade justa, igualitária e onde os direitos sociais possam ser assegurados. Assim, o projeto ético-político vai ter como base o projeto societário, e nada mais são que,

projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o *conjunto da sociedade*. (...) sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). (NETTO, 2006, p. 2).

Contudo, o Serviço Social brasileiro, no cenário mais recente, busca afirmar a profissão e as particularidades de sua intervenção em face dos novos contornos da Questão Social e dos novos padrões de regulação com que se defrontam as políticas sociais na contemporaneidade, onde abriu-se um vasto campo das políticas públicas no campo profissional do assistente social, fazendo-o enfrentar grandes desafios, como por exemplo a necessária reafirmação do projeto ético-político profissional do Serviço Social. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Neste contexto, as medidas tomadas pelo governo do Estado e a prefeitura municipal de São Paulo demonstram uma ação de política higienista e explicitam o preconceito de classe, uma vez que em 2017 foi realizada uma operação com mais de 900 policiais detendo pessoas e invadindo os prédios na região da Luz. Além da violência policial, a prefeitura municipal de São Paulo “solicitou autorização do Judiciário para realizar busca e apreensão dos/as usuários/as, com a finalidade de encaminhá-los/as para avaliação de equipe multidisciplinar e internação compulsória” (CFESS, 2017).

Perante esta cena, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), orienta os/as profissionais que atendem este público, para explorarem o acervo técnico-operativo e ético-político do Serviço Social brasileiro, como forma de alinhamento profissional. Desse modo, ressalta-se os princípios e artigos no Código de Ética Profissional e entre outros regimentos da profissão,

Autonomia no exercício da profissão, se recusando a prestar serviços para os quais não esteja qualificado/a ou que sejam contrários aos princípios da profissão; reconhecimento e defesa da liberdade como valor

ético central; defesa dos direitos da população usuária do Serviço Social, recusando todas as formas do arbítrio e do autoritarismo. (CFESS, 2017).

Em conjunto com os profissionais de equipes, às entidades que atuamos e autoridades, como os órgãos competentes, tem-se o dever ético-político de denunciar casos de violação de direitos humanos. Entre estes, se apresentam como,

os Conselhos de Direitos; a Defensoria Pública; o Ministério Público; a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; os movimentos sociais organizados; as organizações internacionais de direitos humanos, tais como a Anistia Internacional, caso as instituições brasileiras não garantam os direitos da população. (CFESS, 2017).

Importante destacar também que, muitas vezes, esta deliberação não é aceita pelas coordenações dos serviços. Nesse caso, é necessário acionar a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS, para oferecer denúncia em defesa das prerrogativas profissionais (CFESS, 2017).

(...) a importância da articulação e mobilização dos/as trabalhadores/ as que atuam com os/as usuários/as de substâncias psicoativas junto a outros sujeitos políticos organizados, reforçando sua autonomia na perspectiva dos direitos humanos e sociais, do cuidado em liberdade, do direito à cidade e à convivência familiar e comunitária. (CRESS, 2017)

Contudo, é fundamental erguer uma resistência em cada área de atuação, para demonstrar às instituições e à sociedade que o trabalho profissional dos/as assistentes sociais consolida-se na efetivação dos direitos e não na sua violação.

## **4 MULHER TRANS, CORPO E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE DAS MULHERES TRANS NA “CRACOLÂNDIA” E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESSA QUESTÃO**

### **4.1 Método de pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa que representa a abordagem qualitativa, de cunho exploratório e descritivo para a elaboração dos dados que favorecem na análise e reflexão a respeito da compreensão da territorialidade da “cracolândia” sobre a vivência de mulheres trans e a atuação do Serviço Social nessa questão. Entendendo que, segundo Toledo e Shiaishi (2009), este modelo de pesquisa exploratório se aplica às técnicas qualitativas, “isso se deve ao fato de que estas formas de pesquisar permitem explorar um problema de forma mais complexa. ”

(TOLEDO; SHIAISHI, 2009, p. 104). Assim, tivemos como objetivo investigar os elementos que abrangem esta temática, analisando os entraves e processos da trajetória de vida dessas mulheres trans.

Através do método exploratório e descritivo se configurou entrevistas no formato semiestruturado, coordenado por tópicos que favoreceram um diálogo livre com o propósito de, no decorrer da entrevista, se obter informações que possibilitem a análise das especialidades e pluralidades da realidade abordada. Desta forma, as entrevistas semiestruturadas,

respeitando as devidas adequações para o contexto individual e grupal, junto à observação do participante de campo constituem-se nos dois principais instrumentos de coleta de dados, visto que permitem trazer à tona informações de ângulos diferentes tanto do contexto, como sobre o fenômeno investigado, o que permite a melhor compreensão e integralização dos dados quando da ocasião do seu processo de análise. (MORE, 2015, p. 128).

A coleta de dados foi realizada a partir de quatro mulheres trans e uma travesti que participam do *Coletivo Tem Sentimento*, trabalho secular com e para mulheres cis e mulheres trans no território da “cracolândia”, com propostas de Autocuidado, Acolhimento, mas com o enfoque atualmente no programa de Geração de Renda, promovido pela assistente social C. L, a qual também foi realizada uma entrevista com a mesma. As entrevistas foram gravadas e transcritas sobre o regimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que encontra-se em anexo, e a análise de dados coletados foi feita através de categorias.

## **4.2 Perfil dos entrevistados**



FIGURA 1: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS					
ENTREVISTADA	COMO SE IDENTIFICA	IDADE	ESCOLARIEDADE	OCUPAÇÃO	MORADIA
Água - Marinha	Mulher Trans	44	Ensino Médio completo	Geração de Renda - Coletivo Tem Sentimento	Centro de Acolhida Portal do Futuro
Ametista	Mulher Trans	31	Ensino Superior completo - Gastronomia	Geração de Renda - Coletivo Tem Sentimento	Casa Alugada
Lapis Lazuli	Mulher Trans	25	Ensino Técnico completo	Geração de Renda - Coletivo Tem Sentimento	CDHU
Rubi	Travesti	39	Ensino Fundamental completo	Geração de Renda - Coletivo Tem Sentimento	Albergue Casa Florescer
Turquesa	Mulher Trans	30	Ensino Médio incompleto	Geração de Renda - Coletivo Tem Sentimento	Albergue CIAT 2

Fonte: Maria Theresa de Paula - Aluna entrevistadora

As entrevistadas da presente pesquisa serão chamadas por nomes fictícios, sendo todos os nomes de pedras preciosas, sorteados durante a entrevista de cada uma. Foram usados estes nomes para representar e demonstrar suas singularidades, por pedras preciosas serem raras, e também para desvinculá-las do estigma que recai sobre elas por frequentarem o território da crackolândia.

A amostra da pesquisa foi obtida através de um encontro na sede do Coletivo Tem Sentimento em São Paulo, conforme acessibilidade das participantes, promovido através da experiência da profissional de Serviço Social, que selecionou quatro mulheres trans e uma travesti que fazem parte das oficinas oferecidas pelo Coletivo Tem Sentimento.

Vale ressaltar que o Coletivo Tem Sentimento<sup>17</sup> é um trabalho voluntário realizado pela assistente social Carmen Lopes, por meio da oficina de moda justa, que inclui corte, costura, customização e artesanato, e contribui para a geração de renda de mulheres cis e trans em situação de vulnerabilidade social. Além disso, também realiza oficinas de autocuidado e a distribuição de kits de higiene, água e alimentos para a população em situação de rua no bairro da Luz. Atualmente tem

<sup>17</sup> Para maiores informações do Coletivo Tem Sentimento, acessar: <https://www.kickante.com.br/campanhas/tem-sentimento-ajude-quem-mais-precisa>.

uma sede para a realização das oficinas no prédio anexo do Teatro de Container, em parceria com a Companhia Mungunzá.

## 5 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

O estudo dos dados foi realizado através de categorias de análise: O preconceito e marginalização do seu corpo na sociedade: suas vivências na cidade natal; Opressões de seus corpos: vivências na territorialidade da “cracolândia” no sistema Capital *versus* Trabalho; Coletivo Tem Sentimento: Programa Geração de Renda e a atuação do Serviço Social neste segmento. Foram selecionados os fragmentos das falas mais expressivas de acordo com cada categoria.

### 5.1 O preconceito e marginalização do seu corpo na sociedade: suas vivências na cidade natal

Como vimos no segundo capítulo a partir dos conceitos de Giménez (2002) e Sterling (2006), há o reconhecimento de apenas uma identidade legítima. Como retrata Foucault (1978), o corpo padronizado sempre foi o masculino e caucasiano, do grupo dominante na sociedade, ou seja, que está no poder, discrimina e marginaliza a população que está fora do padrão imposto.

Esta questão pôde ser notada na fala de quatro das entrevistadas da presente pesquisa:

*Eu vim de minas gerais, tenho 39 anos, “tô” aqui em São Paulo há vinte anos já... nasci no interior de Minas, né? Então era roça, era meio complicado. Aí minha família não me aceitou. Caí muito nova no mundo da prostituição, com dezessete, dezoito anos mais ou menos, que eu caí, no interior de Minas Gerais, tipo assim, naquela época era muito complicado, né? Não tinha essas coisas que tem hoje “pra” ajudar a gente, né? Eu sofri bastante, né? Muito. Preconceito, violência, na escola... na rua... em tudo que era lugar tinha um preconceito. É muito difícil. Era agressão, agressões verbais, muita piadinha, física. Não tenho contato nenhum mais com minha família mais. Na escola todo dia alguém queria me pegar no final da aula, eu tinha que sair com a professora, ou então com “os diretor”, pra sair... Eu “tava” começando minha transição. Eu morava na casa do meu tio também, né? Aí meu tio não aceitou, acho que sei lá porque, acho*

que por causa de uma mente meio quadrada, né? Meu tio, era tipo assim, “homem é homem e mulher tem que ser mulher”. (Rubi).

O preconceito a gente sofre, né? Sofre por... A gente sente na pele, né? Por ser o que é, em relação a trabalho, oportunidade de trabalho, né? No ambiente que você entra, basta um olhar diferente por outra pessoa e você já sente que é um tipo de preconceito ou tratamento. Mas eu sou uma pessoa que consigo lidar muito bem com isso. Mudei pra São Paulo em busca de emprego e novas oportunidades, porque lá em Minas não ia ter condições de ficar lá. A vida que eu “tava” lá era passando fome, fazendo usos de drogas, minha mãe já não “tava” mais comigo, meu pai já tinha ido pra um asilo, minha família já não queria mais saber de mim. Eu fiquei praticamente abandonada, né? Cidade muito pequena, interior, já sofria muito preconceito, né? Não tem oportunidade nenhuma, não tem trabalho. Lá eu “tava” passando por um período de fome e eu vim pra cá em busca de oportunidade. (Água Marinha).

É porque o preconceito ele é bem hipócrita, né? Porque a mesma pessoa que te ofende de dia é quem procura travesti de noite, porque se não tivesse clientela não tinha tanta travesti no mundo, né? Aí é mais isso, aqui em São Paulo pra mim é mais tranquilo do que nos outros lugares. Eu sou do interior e vim “pra” cá no final do ano passado. E eu vim “pra” cá porque lá não tinha oportunidade e eu trabalhava em circo, né? E aí “tava” pagando muito pouco, aí eu vim. Lá no interior tinha momentos que eu trabalhava em circos, momentos que não tinha serviço, era assim, mas aqui é bem melhor. Eu sofria mais preconceito no interior, mas quando eu ainda não tinha assumido como travesti, “cê” entendeu? Aí depois, mas eu não sofria muito, era mais coisa de escola assim, piadinhas, violência verbal, psicológica também, mas de preconceito mesmo foi na época de escola mesmo. Depois não teve muito não. (Lápis Lazuli).

Eu vim pra São Paulo “pra” fazer minha transição, por que minha família não aceitava muito no começo, aí eu vim “pra” cá mais por isso. Aí “tô” aqui já tem uns dois anos. Já tem dois anos que eu moro em São Paulo. E eu sou do Paraná. Minha família é toda do Paraná, então... São muito conservadores, então eu falei, vou embora “pra” fazer minha transição. O preconceito é forte, ninguém aceita assim tão fácil, e as pessoas falam que aceitam, mas não aceitam não, não se importam muito assim, não dão muitas oportunidades não. Agora fiz as pazes com a minha família, “tô suave”, minha mãe aceitou, “tá de boa”. Tem que aceitar, né? Se não perde o filho ou a filha, ou o que ela quer que seja, perde porque distancia as pessoas da gente são elas “mesmo”. (Ametista).

Constata-se que o preconceito e violência relatados por elas estão presentes em todo ambiente social em que perpassam, demonstrando diversas dificuldades em se afirmarem na sociedade. Como cita Bourdieu (2000), essa relação de poder faz com que a dominação masculina pareça natural, onde as diferenças entre a identidade, por exemplo, são transpostas para as diferenças sociais, como Ametista relata “ninguém aceita assim tão fácil, e as pessoas falam que aceitam, mas não aceitam não, não se importam muito assim”. Vemos isso inicialmente no conflito familiar, em que, ao darem visibilidade à sua identidade de gênero, alguns familiares têm dificuldade em conservar uma relação social demarcada no respeito e compreensão da diversidade de identidade de gênero travesti ou transexual. É posto isso no depoimento de Rubi, em que ela relata que sua família não a aceitou, e de Ametista, que afirma que apenas agora sua mãe está compreendendo a sua identidade. Como aborda o autor Oliveira (2016), citando Navas (2011), a não aceitação pode ocasionar, muitas vezes, a expulsão familiar.

É presente nos relatos a questão da vivência escolar, considerando como a primeira relação social fora do núcleo familiar, onde as mesmas relatam ter sofrido violências verbais, físicas e psicológicas. Demonstra assim que desde a infância enfrentam as primeiras objeções, como vemos na página 31, em que cita Bourdieu (2000), a educação tem uma forte influência, principalmente por ser uma sociedade que pauta uma educação no “machismo, misógeno e heterossexista”, onde, “o lugar onde se deveria ensinar a lidar com o respeito à diversidade humana é o mesmo lugar que diferencia, oprime e, muitas vezes, rechaça essa população desses espaços.” (OLIVEIRA, 2016, p. 87).

Desse modo, as mulheres trans encontram modos de sobrevivência desde muito novas, uma vez que vivenciaram e vivenciam processos de “estigma, preconceito, e desigualdades sociais, como forma de resistência”. (OLIVEIRA, 2016, p.88). De acordo com a leitura dos capítulos anteriores, esta população é colocada em “lugares marginais da organização social”, como por exemplo, na divisão sexual dentro no mercado de trabalho (NONATO, 2018). Em seus relatos, demonstram a grande falta de oportunidade neste ambiente, e como alternativa, buscaram a migração para São Paulo. Assim, as mulheres trans e travestis, por conta do preconceito vivenciado em cidades do interior, é uma população que

sofre uma realidade de extrema vulnerabilidade, pois não conseguem expressar sua verdadeira identidade de gênero no lugar de onde vêm, vitimizadas não apenas pelas discriminações, mas também pela ausência de políticas públicas que visam sua proteção. Portanto, acabam migrando para a principal metrópole do país, a fim de conseguir ser quem são e sobreviver.

a visibilidade da identidade de gênero na sociedade capitalista possui diversos limites, primeiro porque esse modelo de socialização é repleto de contradições e de negação da diversidade humana, principalmente em relação à particularidade da identidade de gênero travesti na sociedade.(OLIVEIRA, 2016, p. 88).

Com essa migração será abordada na próxima categoria de análise como as mesmas se depararam com suas vindas para a cidade de São Paulo, e quais foram suas primeiras experiências com Assistentes Sociais na territorialidade em que se encontravam.

## **5.2 Opressões de seus corpos: vivências na territorialidade da “cracolândia” no sistema Capital versus Trabalho**

De acordo com Iamamoto (2010), como apontado na página 37, o consumo da força de trabalho pertence ao capitalismo bem como o produto do trabalho, logo se cria uma relação de exploração entre as classes sociais e, com isso, o trabalhador precisa vender a sua força de trabalho para suprir suas necessidades. Diante do exposto, segundo os depoimentos das entrevistadas, as mesmas migraram do seu território de nascimento em busca, principalmente, da inserção no mercado de trabalho, determinando a partir daí a precarização no mundo do trabalho para esta população, que segundo Oliveira (2016, p. 48), provém das camadas de baixa renda da sociedade.

Pensar as travestilidades na atual sociedade requer pensar nas barreiras que as sujeitas em questão enfrentam no mundo do trabalho, as particularidades das opressões, explorações e violências morais e psicológicas, que são frutos estabelecidos pelo acirramento das contradições capital versus trabalho. (OLIVEIRA, 2016, p. 49).

Diante disso, os relatos demonstram que, ao chegarem à cidade de São Paulo, se depararam novamente com os seus direitos violados, ficando mais uma

vez sem moradia e emprego, conforme seguem os depoimentos de duas mulheres trans que viveram em situação de rua na “cracolândia”,

*Passei dois anos vivendo na “cracolândia”. Ser mulher trans lá é muito difícil. Nossa, complicado, né? Porque, “cê tá” num meio, assim, de pessoas que “é” usuário, né? Sei lá, é meio... não gosto de falar disso. Mas a gente procura também, a gente é usuária, sabe? A gente não pode se “vitimizar”, a gente “tá” lá porque, né? Só que o ambiente é muito pesado. Graças a Deus eu nunca apanhei lá, nem nada, mas você vê coisas que o crime cobra que é um absurdo, muito pesado. (Rubi).*

*Eu morei na “cracolândia”, eu morei aqui embaixo e depois eu morei lá na Armênia. Lá na “cracolândia” eu era moeda de troca, né? A gente é moeda de troca. Se a gente tem... A gente é a mulher, né? Fora que a gente não fica sozinha, a gente sempre tem um “encosto”, porque a gente não tem marido na “cracolândia” a gente tem “encosto”. Pra mim lá, ser trans lá, não foi fácil, porque também tem o mesmo preconceito. É o mesmo preconceito. A violência é maior. É muito maior. Lá sempre “pra” um viado pesa mais do que pra uma mulher ou “pra” um cara, é mais duro é mais difícil. Porque na verdade a realidade já é assim, né? “Pra” uma trans.” (Ametista).*

A fala de Água Marinha, “Morei aqui em 2014 a 2017. Cheguei aqui morando em situação de rua, fui “pra” um albergue”, Turquesa e Lápis Lazuli também vem em conjunto com as falas anteriores,

*Eu moro aqui em São Paulo em outubro vai fazer um ano que “tô” aqui. Eu sou de Goiás. Eu vim “pra cá” e fui primeiro na casa de “cafetina”, depois eu sai e fui pra um albergue. Aí... aí eu peguei... Uma das meninas que trabalha lá, pegou e me trouxe aqui (Coletivo Tem Sentimento). Aí “tô” aqui até hoje, vai fazer uns cinco meses já. Saí de Goiás porque queria mesmo vim viajar, “pra” trabalhar. (Turquesa).*

*O primeiro dia que vim pra São Paulo eu dormi na rua e depois eu já fui “pro” albergue. Faz só dez meses agora que “tô” aqui em São Paulo. (Lápis Lazuli).*

Verifica-se que a população que compõe o T da sigla LGBTQ+ é intensamente marginalizada na sociedade brasileira, de acordo com as concepções de saberes e poderes determinados sobre este grupo populacional, como representada na fala de Lápis Lazuli, “Assim, de contratante não querer me contratar por ser trans, e até hoje se você vai procurar é muito difícil, não tem

oportunidade”. Além deste fato, como mencionado na categoria de análise anterior, o processo de escolarização das entrevistadas foi demarcado pela defasagem escolar, dentro de um processo de exclusão, que gerou suas ausências na escola.

Por conseguinte, com o decurso de expulsão escolar o acesso ao mercado de trabalho se torna um empecilho. Nesse sentido, na chegada à cidade de São Paulo, a única alternativa encontrada é a prostituição, como se vê na fala de Turquesa: “Eu vim “pra cá” e fui primeiro na casa de “cafetina””; e de Rubi, que desde sua cidade natal teve como única opção a situação de prostituição: “Caí muito nova no mundo da prostituição, com dezessete, dezoito anos mais ou menos, que eu caí, no interior de Minas Gerais.” Com isso, é importante pensar nos processos de desumanização, como consta na página 33 deste trabalho, as estatísticas que refletem a realidade que está população enfrentam, a opressão imposta a elas em uma sociedade que se encontra cada vez mais homofóbica, transfóbica e sexista, relacionando estas realidades ao que menciona Berkins (2000), onde nem o Estado e nem a sociedade as reconhecem como identidade, e que estes processos são constantes dentro da lógica normativa da sociedade.

Identifica-se, portanto, que está população necessita de políticas públicas e de reconhecimento perante o Estado com objetivo de suprir estes direitos violados e incluir dentro de um seguimento natural e orgânico na sociedade a população transexual e travesti. Desse modo, como apontado na página 33, segundo a ANTRA, 90% das pessoas trans estão em situação de prostituição, consequência destes processos de discriminação, marginalização e precarização até agora mencionados. Esta realidade provoca uma determinação para estes corpos, por haver um processo de exclusão sistêmica que se reproduz nas ruas – a única possibilidade de sub-existência da população T –, e cria-se um estigma em que a sociedade as vê como atuantes desta única profissão, além do fato da territorialidade em que se encontram, a região da “cracolândia”, como mencionado no primeiro capítulo, servir como categorização destes sujeitos. (ADORNO; RUI; SILVA; MALVASI; VASCONCELLOS; COSTA; GOMES; GODOI, 2013, p.6). Como Ametista relata,

*Acham que todo transexual faz programa e muitas delas não querem fazer, né? Eu mesma não faço programa. Não gosto. Não*

*consigo. O policial mesmo esses dias falou “pra” mim que eu não podia fazer programa na rua, porque eu “tava” parada aqui, aí eu falei, eu não “tô” fazendo programa, “tô” esperando o meu serviço abrir, que eu vou trabalhar, aí ele falou “e cê trabalha aí?” e eu falei, trabalho. Aí ele ficou quieto. (Ametista).*

Isso vem ao encontro da fala de Água Marinha que demonstra que sempre trabalhou em várias áreas,

*Eu sempre trabalhei, eu sou uma pessoa que eu sempre tive minha família. Tenho vários registros na Carteira, já trabalhei de doméstica, faxineira, já fui recepcionista de hotel, de motel, trabalhei em zona rural também. (Água Marinha).*

Importante salientar que, como aponta Oliveira (2016, p. 48), considera-se que as travestis e mulheres trans demonstram uma construção de identidade no que foi atribuído ao feminino no contexto social e cultural da sociedade, dentre os padrões que a sociedade designou às mulheres cis. Nesta perspectiva, é concebível constatar que está população se insere nos chamados “trabalhos femininos”, ou seja, “na divisão sexual do trabalho destinada à esfera do doméstico, do cuidado, do “trabalho desvalorizado””.

Habitar o concreto e o invisível da cidade é captar suas tripas, camadas e tecidos simbólicos e culturais que concretizam as nossas relações e encontros cheios de banalidade. Com isso, pensando na imensidão da malha urbana como corpo heterogêneo e sempre em construção, sustento a importância da realização de transformações políticas guiadas por coletividades marginalizadas, com o propósito de promulgar novos horizontes de interação comprometidos com a diversidade dos corpos e com a mobilidade segura e saudável dos mesmos. (ARARUNA, 2018, p. 149)

Nessa lógica, veremos na última categoria de análise, o atual momento em que as entrevistadas se encontram depois de serem atendidas por assistentes sociais na territorialidade da “cracolândia” e quais são os possíveis diálogos do Serviço Social nesta realidade concreta.

### **5.3 Coletivo Tem Sentimento: Programa Geração de Renda e a atuação do Serviço Social neste segmento**



Consideramos, no segundo capítulo desse trabalho, ser o Serviço Social uma profissão com as funções desempenhadas pelo assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, no âmbito das políticas sociais, em atendimento à classe subalterna, especialmente na assistência social, que tende a ter como eixo central a responsabilidade voltada à sociedade civil como participante na implementação e formulação de políticas. (CARDOSO; MACIEL, 2000). Por meio da pesquisa de campo, verificamos que o profissional assistente social se encontra inserido na territorialidade da “cracolândia” e busca afirmar sua profissão nas particularidades de sua intervenção em face dos novos contornos da Questão Social, como visto na página 38. Neste caso, a situação de vulnerabilidade social em que se encontra essa população é superada mediante a política pública de responsabilidade do Estado, tendo a Assistência Social como direito do cidadão. Esta questão pode ser evidenciada por meio dos relatos das cinco entrevistadas:

*Meu primeiro atendimento com uma assistente social foi na “cracolândia”. Eu “tava” muito drogada... lá eles fizeram... como que chama o que eles fizeram ali? Aí eu tava lá, apareceu uma assistente social e me ajudou bastante, me encaminhou pra um lugar mais adequado, né? “Pra” um albergue. (Rubi).*

*O primeiro contato com uma assistente social foi lá no CIAT. Foi bem. Atendeu bem. “Tava” confusa e me esclareceu tudo que eu queria saber, me ajudou, até hoje me ajuda, me direciona, me fala de auxílio, como eu perdi minha identidade, me deu ajuda em tudo, entendeu? Ela “tá” querendo fazer agora a gente entrar no Transcidadania. Aí uma amiga que morava lá, que me falou do Coletivo Tem Sentimento. Aí “tô” trabalhando aqui até hoje. (Turquesa).*

*Foi muito bem. A assistente social que me atendeu, a primeira, foi quando cheguei aqui em São Paulo, em um albergue. Uma pessoa maravilhosa, que me recebeu muito bem, de braços abertos, cuidou de mim, me encaminhou pra cursos. Me ajudou muito a combater o preconceito que a gente sofria lá, homofobia, me orientou em o que eu deveria fazer em questão de trabalho. Me*

*encaminhou para este projeto chamado Transcidadania, que eu fiz durante dois anos que foi maravilhoso. (Água Marinha).*

*Tive contato no albergue, mas era tão assim... Não era “atuante”, era muito... É, eu também nunca pedi nada, né? O primeiro dia que vim pra São Paulo eu dormi na rua e depois eu já fui “pro” albergue. Faz só dez meses agora que “tô” aqui em São Paulo. (Lápis Lazuli).*

*Eu tive contato com uma assistente social no abrigo que fiquei, durante um bom tempo também, eu fiquei um ano em abrigo. Eu tenho um mês e meio que eu “tô” morando em uma casa que eu consegui alugar. Mas aí fiquei esse tempo todo em um albergue. E ela (a assistente social) foi muito “gente boa” também, ela me ajudou muito, me acompanharam muito, me ajudaram em muitas coisas. Não tenho o que reclamar assim. (Ametista).*

Por meio dos depoimentos, pode-se perceber que a profissão teve como instrumento técnico-operativo, para a superação dos direitos violados e afirmação dos mesmos, o acolhimento, a escuta e o encaminhamento para programas e projetos na região de São Paulo, como relatado por Turquesa e Água Marinha, o Programa Transcidadania<sup>18</sup>. É importante destacar que este programa está fundamentado sobre três pilares: o primeiro, como ferramenta norteadora, é a educação, proporcionando aos beneficiários a conclusão escolar; o segundo é a inserção no mercado de trabalho e o terceiro é o acesso à saúde. Também são fornecidos acompanhamento psicológico, jurídico, social, pedagógico e a transferência de renda durante os dois anos de permanência no programa, levantando como direcionamento os principais eixos de autonomia, cidadania e oportunidades.

Em contrapartida, observamos na página 39 os desafios que são enfrentados e a resistência que afeta o profissional de Serviço Social na região da “cracolândia”, como as ações políticas de cunho higienista e as operações policiais violentas. Nos espaços ocupados pelos profissionais, as demandas são

---

<sup>18</sup> Programa Transcidadania, disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/lgbti/programas\\_e\\_projetos/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php). Acessado em: 20 de nov. de 2020.

voltadas à prestação de serviços e benefícios sociais, bem como gestão de programas e projetos envolvendo mobilização social e a participação dos sujeitos assistidos, no âmbito dos conselhos de direitos e políticas sociais, seja no trabalho voluntário ou na inserção do público-alvo nas atividades programadas para a concessão dos atendimentos. (CARDOSO; MACIEL, 2000). Fica evidente na fala da Assistente Social que atende esta população no território da “cracolândia”:

*É mais difícil atender as mulheres trans pois há pouco serviço, que atende esta população. Ainda mais esta população que tem o agravante que é a dependência química, que fica mais difícil. E as mulheres trans aqui do território elas sofrem preconceito constantemente, são todos os dias. (Assistente Social C. L.).*

Neste sentido, destaca-se nos depoimentos das cinco entrevistadas a importância de um profissional assistente social compreender a realidade em que determinada população se encontra, inserindo e promovendo a elaboração de programas e projetos nesta territorialidade, que, no caso, é o trabalho exercido pela Assistente Social. Devido ao vínculo que se originou com a população da “cracolândia”, criou-se o Coletivo Tem Sentimento, trabalho voluntário, coordenado pela Assistente Social C.L., no qual são executados, por exemplo, o programa de Geração de Renda:

*Eu já conhecia a assistente social dona C., aí minha amiga entrou, e me indicou. Eu cheguei até ela. Eu vim aqui pedir pra ela, dá uma oportunidade, porque na verdade eu não sei, eu não sei costurar, igual eu falei. Eu fiz uma máscara esses dias... de produção. E é difícil, cada dia é um aprendizado né? Eu nunca tive uma experiência de sentar em uma máquina, de... Entendeu? Aos poucos estou aprendendo. Trabalho aqui junto com a dona C., com a customização de máscaras, moletons, camisas... E saímos também, entregar os kits de higiene. Foi lá na rua de cima que teve uma entrega de kit de higiene e também teve aquelas barracas. Minha vida mudou muita coisa, sabe? Só da gente “tá” fazendo uma coisa, né, que a gente quer aprender, ocupar a cabeça... uma ajudando a outra, porque quando eu não alguma coisa eu fico muito nervosa e quero, sabe? Eu pergunto mesmo, né? E uma ajudando a outra. É muito bom. Mudou totalmente minha vida... Sabe? Porque antes eu ficava na praça jogada, aí já logo vinha um, “vamo usar droga”, aí desandava tudo, agora eu “tô” tendo um compromisso e eu tenho que trabalhar mais isso, né? Tipo assim, agora tenho que fazer isso, e colocar na cabeça*

*que não é só droga, né? Eu acho que não vou parar da noite pro dia, é uma “dicção”, é uma coisa que não tem cura, né? Mas igual eu falo, “é um dia de cada vez”. (Rubi).*

*Mudou minha vida. Lógico que mudou. Eu não sabia nem costurar agora eu sei tudo, entendeu? O último curso que a gente teve foi de fazer moletom, a gente fez uma mais linda que a outra. A gente também participou da ação dos kits de higiene, né? Eu que fiz as bolsas, entendeu? Eu e mais umas das meninas. A gente que montou os kits, a gente distribuiu também. O processo começa na hora das bolsas, né? Foram trezentas bolsas que a gente fez. O Coletivo me deu mais autonomia, porque antigamente eu fazia programa, né? E hoje já não faço mais. E também eu não me vejo mais voltando a fazer o que eu fazia. Hoje se eu posso trabalhar de outro jeito vou me submeter a isso por quê? Então melhorou lógico, bastante, entendeu? E falta oportunidade. Demais. E com esse trabalho da dona C., aqui a gente tem tudo, tem tudo, o que a gente precisa, a gente tem. (Turquesa).*

*Mudou minha visão, porque eu já “tava”... Eu já tinha um certo conhecimento de grupo, né? Deu “pra” perceber o jeito de cada uma, de como lidar. Eu cheguei aqui e algumas já conhecia, já tinha intimidade com algumas aí, aí aqui aprimorou mais ainda, aprofundou mais ainda, a relação ficou mais forte. Abriu mais oportunidade com o projeto de Geração de Renda, porque eu precisava muito de uma oportunidade, precisava muito em fazer alguma coisa, de ocupar meu tempo e que eu “tava” sem renda nenhuma, sem trabalho nenhum, não tinha dinheiro nem “pra” um “cafézinho”. Aí agora consegui este trabalho que consigo me manter, comprar minhas “coisinhas” mínimas que eu tenho, que eu posso. (Água Marinha).*

*“Pra” mim foi muito importante, porque se eu não tivesse essa oportunidade ia ser muito difícil. A partir daqui eu consegui alugar casa, consegui voltar a fazer performance, por causa daqui, então muito importante. Muda também o jeito que as pessoas enxergam a gente, né? Porque é uma construção que você tem que fazer todo dia, né? Disso assim. E na sociedade né, que às vezes só veem trans como profissional do sexo e ver assim como outra coisa, profissional de outra área. Até porque é uma coisa muito estigmatizada na sociedade, não é nem por que as pessoas não querem entender, é porque é difícil, né? É muitos anos. (Lápis Lazuli).*

*Vai fazer um ano e sete meses que “tô” aqui. Eu fiquei, acho que, uns dois meses na rua, sem fazer nada, aí conheci a C. ali na praça fazendo uma ação, no dia que meu pai faleceu, daí ela me estendeu a mão, me convidou “pra” vir “pra cá”. Ela me apoiou*

*muito, foi complicado. Ela me fez o convite e aí eu vim, e “tô” aqui até hoje. Nossa muito, muito. Mudou muito a minha maneira de ver as coisas, até por que eu faço uso de drogas, então tem vez que a gente quer juntar tudo, quer jogar tudo pra cima, daí a gente tem uma certa responsabilidade, porque eu adquiri uma certa responsabilidade trabalhando aqui, e a gente se cuida muito, a gente é uma família meio louca, mas é uma família, a gente aprende a lidar com outras pessoas. (Ametista).*

Com o relato destas quatro mulheres trans e uma travesti, fica evidente que o programa de Geração e Renda proporcionou o reconhecimento como sujeito de direitos e que existe o olhar voltado a elas, como aponta a fala de Rubi e Ametista, por fazerem o uso de substâncias psicoativas. Ficavam mais complicadas suas rotinas quando não havia uma oportunidade de emprego, por exemplo, e este programa possibilitou a elas terem mais “reponsabilidade” e “ocupar a cabeça”. Ou como na fala de Água Marinha, que demonstra também a falta de oportunidade, onde determinava a sua baixa renda e atualmente com sua autonomia financeira pode se manter. E por fim, Turquesa e Lápis Lazuli, em suas falas, demonstram a questão de escolha, no que se refere com o que trabalhar, uma vez que esta população encontra como única alternativa, pela falta de oportunidade, a situação de prostituição, além de enfrentar este estigma que a sociedade lhes coloca. Estas últimas falas vêm ao encontro do que diz a da Assistente Social C. L.:

*O resultado positivo é a autonomia financeira, e também é aquela coisa do estigma da prostituição. Tem a J. que trabalha aqui, elas brincando entre elas, a J. falou “aí vou pra Itália”, aí a outra já soltou “aí você vai lá se prostituir”, aí a J. já virou e falou “não, eu vou lá e vou ser costureira lá”. Então você proporciona uma outra visão, uma outra oportunidade, não só a prostituição. Não tenho nada contra a prostituição, é uma maneira também de ter uma autonomia financeira, mas quando você dá outras oportunidades, quando dá a oportunidade de escolher aquilo que você quer e aquilo que você não quer. (Assistente Social C. L.).*

Pelo levantamento dos conceitos analisados, entendemos que os dados obtidos por meio da pesquisa de campo acrescentam elementos importantes para o referencial teórico com relação à atuação do Serviço Social na garantia dos direitos que são violados pela população LGBT+, em específico, as mulheres trans e travestis, validando que o assistente social se direciona ao fortalecimento de

lutas dessas classes, onde é possível a construção de sua hegemonia. Nesse contexto, as estratégias, por exemplo, de mobilização, referem-se à participação na construção de referidos conselhos, como espaços de luta, de enfrentamento entre interesses antagônicos, na busca de respostas pelas demandas das classes subalternas. (CARDOSO; MACIEL, 2000). Por meio das medidas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, os assistentes sociais têm o recurso para o trabalho nas políticas sociais visando garantia de direitos da população LGBT+.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, assumimos o objetivo investigar a questão de gênero na territorialidade da “cracolândia” a partir da trajetória de mulheres trans residentes na região de São Paulo e identificar as formas de atuação do Serviço Social nessa questão, trazendo reflexões acerca do processo de construção da territorialidade da “cracolândia”.

No decorrer dessa produção, apontamos que a construção da denominada “cracolândia” perpassou por ordens de materialização de distintos contextos sociais, culturais e econômicos em que cercam a conjuntura da sociedade brasileira, como a desigualdade racial e de classes, que faz com que a população que encontra-se neste local seja alvo de encarceramento, uma vez que a “cracolândia” em São Paulo vem passando, pelo regime atual, por processos de higienização intensos e opressões violentas de ações policiais.

Ao longo desse estudo, também entendemos que a questão de gênero decorre de uma construção social e histórica de caráter relacional, que se caracteriza a partir dos significados e da simbolização cultural da diferença anatômica; e a identidade, através de sujeitos na sociedade, resulta como um processo de identificação dentro de um cenário relacional. Nesse sentido, em uma sociedade patriarcal, machista e sexista, naturaliza-se apenas uma identidade cultural legítima e discrimina e marginaliza a população que está fora deste padrão, no caso, a população LGBTQ+. Porém, é demonstrada pela história da humanidade, dos grupos sociais, que somos seres diversos e que estas diversidades devem estar previstas pelo Poder Público, ou seja, é necessário que o Sistema Público atenda esta população, como também leve em consideração as particularidades e diversidades que são inerentes a população de pessoas transexual e travesti.

Dada a relevância do assunto, levantamos a discussão sobre a atuação do Serviço Social sobre a territorialidade da “cracolândia”, com o público alvo de mulheres trans e travestis, onde se manifesta mais, partir do ponto de vista capitalista, uma mistificação da realidade, que tende a ocultar as desigualdades e os antagonismos de classe, objetivando apenas a acumulação capitalista, onde, nas consequências materiais de um capitalismo tardio que descarta aqueles que são/estão mais vulneráveis. Essa mistificação se apresenta de acordo com as

ameaças ao sistema, colocadas pelas crises econômicas, que a partir da dominação e exploração do trabalho amplia cada vez mais seu lucro, assim como também recompõe as bases político-culturais de sua hegemonia, para adequá-la às exigências de seu padrão. Com isso, esta população necessita de políticas públicas, do olhar do Estado para interromper este processo de precarização de seus direitos e possibilitar a inclusão da população transexual e travesti na sociedade. O coletivo Tem Sentimento proporciona um respiro nessa lógica do capital ao expor novas possibilidades de ação coletiva que visa geração de renda, mas que visa também, ao longo do processo, vínculos afetivos e de responsabilidade.

Concluimos o quanto importante é o engajamento da profissão diante da sociedade capitalista, na busca pela conquista de emancipação do público-alvo, através das lutas pela garantia de direitos e efetivação de sua cidadania, enfrentando a contradição da relação entre capital x trabalho. O profissional deve buscar nas suas práticas educativas a formação de uma nova cultura da hegemonia da sociedade, objetivando a autonomia dos trabalhadores na relação de produção e reprodução das relações sociais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R. C. F. ; RUI, T. ; SILVA, S. L. ; MALVASI, P. ; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa ; GOMES, B. R. ; Godoi, T.C. . Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change** , v. 4, p. 4-13, 2013.

ALMEIDA, R. R. M.; TELES, V. S.; FIORE, M.. **A busca pelo fim da cracolândia: etnografia de uma aporia urbana**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas.

ARARUNA, M. L. F. B. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. In: **Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, nov.2017-abr. 2018 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA

BERKINS, L. O direito absoluto sobre nossos corpos. In: **Revista América Livre**. Edição digital, dez. 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/berkins/2000/12/18.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2020. Acesso em: 12 de out. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. Dominação masculina; tradução Maria Helena Kühner. 11ª Ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2012. p. 19-89. Disponível em: [https://www.academia.edu/36538728/Pierre\\_Bourdieu\\_A\\_Domina%C3%A7%C3%A3o\\_Masculina](https://www.academia.edu/36538728/Pierre_Bourdieu_A_Domina%C3%A7%C3%A3o_Masculina). Acesso em: 30 ago. 2020.

CARDOSO, F. G; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. Brasília: **UnB**, 2000. p. 139-149. (Cadernos Capacitação em Serviço Social e Políticas sociais, módulo 4). Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

**DOSSIÊ REGIÃO DA LUZ EM DISPUTA: MAPEAMENTO DOS PROCESSOS EM CURSO** / organizadores: Pedro Mendonça, Pedro Lima, Isabel Martin, Gisele Brito, Raquel Rolnik – São Paulo, 2017, p. 1-42 Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

FASSON, K.; PUCCIINELLI, B. Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização in: **IX Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas**, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, 2010 (no prelo).

FROMM, D.R. **“Fim da cracolândia”**: etnografia de uma aporia urbana. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas.

GIMÉNEZ, G. (2002). Paradigmas de Identidad. En: CHIHU, A (comp.). **Sociología de la identidad**. Ediciones Universidad Autónoma Metropolitana, México. p. 35-48.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica**. 30.ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru] : CELATS, 2010. Cap I.

LAMAS, Marta. (2015). Usos, posibilidades y dificultades de la categoría género. En: LAMAS, M. (comp.). **El género. La construcción cultural de la diferencia sexual**. Bonilla Artiga Editores, México. p.313-146.

MAYA NETO, O. C. Necropolítica da Colonialidade no Brasil: Segregação e Desumanização no Hospital Colônia de Barbacena e na Cracolândia, em São Paulo. **MERIDIONAL. REVISTA CHILENA DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS** , v. 11, p. 149-177, 2018. Disponível em: <https://meridional.uchile.cl/index.php/MRD/article/download/50860/53596/>. Acesso em: 31 mar. 2020

MINGARDI, Guaracy; GOULART, Sandra L. As drogas ilícitas em São Paulo: o caso da cracolândia. **Coleção Revista ILANUD**, 15, São Paulo, 2001.

MINHOTO, L. D.; TELLES, V. S.; FELTRAN, G. S. **Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da "cracolândia" paulistana**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo.

MORÉ, C. L. O. O. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. **Atas CIAIQ**, v.3, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/158/154>. Acesso em: 05 de nov. de 2020.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em: 01 de nov. de 2020.

NONATO, G. Trans ou travesti? Categorias identitárias no Movimento LGBT. **Medium**; 24 de jan. de 2018. Disponível em: <https://medium.com/@giunonato/travesti-ou-transexual-7a09045bf5e8>. Acesso em: 03 de out. de 2020.

OLIVEIRA, L. G. **Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em Medicina) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/23381/Publico-23381.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 5 abr. de 2020.

OLIVEIRA, T. L. "**Meu corpo, um campo de batalha**": a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital. 2016. 243f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22425/1/TiberioLimaOliveira\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22425/1/TiberioLimaOliveira_DISSERT.pdf). Acesso em: 14 de out. de 2020.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de 'cracolândia' (1995-2014). In: KOWARICK, Lucio; FRUGOLI Jr, Heitor. (Org.). **Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais**. 1ed. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, v. , p. 225-248, 2016.

SCOTT, Joan. **Genero: uma categoria útil de análise histórica**. Em: *Relações de G'nero no Trabalho Domestico*. Vol. 20, nº 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.71-99.

SILVA, S. L.; ADORNO, R. C. F. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da cracolândia. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change** , v. 4, p. 21-31, 2013.

STERLING, A. F. **Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality**. Nova Iorque, Basic Books, 2000. Cap. 1. Dualismos em Duelo. Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Valter Arcanjo da Ponte. p. 9-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf>. Acesso em: 2 set. de 2020.

TOLEDO L. A; SHIRAIISHI G. Estudo de caso em Pesquisas exploratórias qualitativas: Um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Revista da FAE**, v.12 n.1., p. 103-119, 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/288/195>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-27. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2020.

YAZBEK, M. C. MARTINELLI, M. L.; RAICHELIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 95, p. 532, Especial, 2008.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc. [online]**. 2012, n.110, p.288. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

## **APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM MULHERES TRANS ACOMPANHADAS PELO COLETIVO TEM SENTIMENTO**

### **1. Perfil**

- Idade;
- Como se identifica;
- Escolaridade
- Ocupação

### **2. Momento em que se deparo com o preconceito e marginalização do seu Corpo na sociedade**

- Conte como foi a sua trajetória como mulher trans na sociedade

### **3. Vivencia na “cracolândia”: Relação com seu corpo e opressões impostas a ele**

- Fale sua vivencia na “cracolândia” e relate como é ser uma mulher trans nesta territorialidade.

### **4. Experiência de atendimento com o profissional de Serviço Social**

- Antes de participar do Coletivo Tem Sentimento, fale se teve alguma outra experiência com outro (a) assistente social;
- Descreva sobre como é a experiência nos atendimentos com assistente social.

### **5. COLETIVO TEM SENTIMENTO: oficinas, como de Autocuidados e Geração de Renda, o que elas têm para falar sobre?**

- Fale sobre sua experiência nas oficinas de Autocuidados e de Geração de Renda e o que ele proporcionou na relação com si mesma e o seu olhar para a sociedade.

**APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL  
DO COLETIVO TEM SENTIMENTO**

- 1. Conte sobre o porquê da iniciativa da criação do Coletivo Tem Sentimento.**
- 2. Na sua visão, como são vistas as mulheres trans na sociedade, como também, no território da “cracolândia”.**
- 3. Descreva os resultados positivos da Ação de Autocuidados e Geração de Renda, para/com a mulheres trans. E como isso pode contribuir para os direitos humanos da população trans.**

**APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, \_\_\_\_\_\*,  
R.G: \_\_\_\_\_\*, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada na pesquisa de campo referente ao projeto de trabalho de conclusão de curso intitulado: Mulher trans, Corpo e Subjetividade: uma análise das mulheres trans na “cracolândia” e a atuação do Serviço Social nessa questão, sob a responsabilidade da aluna: Maria Theresa de Paula e orientado pela Profa. Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá, desenvolvida através da Faculdade de Serviço Social – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Fui informada, ainda, de que poderei contatar/ consultar a orientadora, a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone nº (19) 3343-7019 ou e-mail: jmartinsdesa@puc-campinas.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é uma análise da ocupação do tempo livre pelo idoso, mediada pelo Serviço Social, que resulta na elevação do seu nível de qualidade de vida.

Fui também esclarecida que o uso das informações por mim oferecidas, são submetidas às normas éticas destinadas a pesquisas envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Minha colaboração se fará de forma autônoma, por meio de pesquisa qualitativa a ser gravada/ acessada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e ou sua orientadora.

A aluna responsável pela pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Campinas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da aluna: \_\_\_\_\_

i

---

<sup>i</sup> \* Devido ao fato de serem mulheres trans, as mesmas utilizam o seu nome social, deste modo, eticamente, ficou determinado assinarem com o nome que se identificam. Além do fato de estarem em situação de vulnerabilidade, risco social e/ou situação de rua, muitas não possuem RG.